

**PLANO ESTRATÉGICO DE ACESSO, PERMANÊNCIA
E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFSC:
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO
À EVASÃO ESCOLAR
PEAPEE – IFSC**



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina



Reitor

Maurício Gariba Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Adriano Larentes da Silva

Diretora de Ensino

Juliana Almeida Coelho

Diretor de Assuntos Estudantis

Evandro Belmiro da Silva

Diretora de Estatísticas e Informações Acadêmicas

Sandra Lopes Guimarães

Diretor do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

Marco Antônio Neiva Koslosky

Grupo de Trabalho

Instituído pelas portarias do Reitor N° 912, de 1 de abril de 2022 e
N° 3049, de 18 de outubro de 2022.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo para revisão e atualização do PEAPEE-IFSC	11
Figura 2 - Estrutura do PEAPEE-IFSC.....	13
Figura 3 - Linha do Tempo do IFSC.....	15
Figura 4 - Tríade Acesso, Permanência e Êxito	23
Figura 5 - Taxa de Evasão no IFSC	30
Figura 6 - Taxas de conclusão x desistência nos cursos de graduação IFSC (2017-2021).....	31
Figura 7 - Relação entre taxas de evasão e fatores intervenientes	33
Figura 8 - Grupos minorizados.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Institucionais	36
Quadro 2 - Indicadores Acadêmicos.....	37
Quadro 3 - Indicadores Sociais	38
Quadro 4 - Fases de planejamento dos trabalhos do PEAPPE-IFSC	44
Quadro 5 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPPE-IFSC	46
Quadro 6 - Fases de atendimento ao público-alvo	50

LISTA DE SIGLAS

ABAPEVE	Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPE	Comissão de Acesso, Permanência e Êxito
CEFET-SC	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CEPE	Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
CPEJA	Comissão de Implementação da Política de EJA
CONSUP	Conselho Superior
CSIPE	Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito
DAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DEIA	Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas
DEING	Departamento de Ingresso
DEJAETI	Departamento de EJA e Ensino Técnico Integrado
DEPE	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DIREN	Diretoria de Ensino
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETI	Ensino Técnico Integrado
GT	Grupo de Trabalho
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEAPEE-IFSC	Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PRODIN	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEX	Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas
PROPI	Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC)
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	OBJETIVOS DO PEAPEE-IFSC	14
2.1	OBJETIVO GERAL	14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	15
4	BASE LEGAL	19
5	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024	21
6	REFERÊNCIAS CONCEITUAIS	23
6.1	Acesso	24
6.2	Permanência.....	25
6.3	Êxito	26
6.4	Evasão escolar	27
7	ASPECTOS METODOLÓGICOS	29
7.1	DIAGNÓSTICO	29
7.1.1	Fatores Intervenientes na Evasão Escolar	30
7.1.2	Indicadores	34
7.1.3	Descrição dos indicadores quantitativos	34
7.1.4	Indicadores Qualitativos	39
7.2	Organização das Comissões de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE).....	40
7.2.1	Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito	41
7.2.2	Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito	42
7.2.3	Planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações.....	43
8	PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS	47
8.1	Modalidades de Ensino	47
8.2	Articulação com outros movimentos e documentos institucionais.....	47
8.3	Públicos e grupos minorizados	47

8.4	Atendimentos e ações que vão do acesso ao egresso: público-alvo, candidato, ingressante, calouro, discente e egresso.....	49
8.4.1	Fases de atendimento.....	49
8.5	Atividades junto aos discentes	51
8.6	Macroações em andamento no IFSC	51
8.7	Possibilidades de ações em rede nos territórios.....	52
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PEAPEE-IFSC	56
	APÊNDICE B - PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR	57
	APÊNDICE C - EVENTO EM NÚMEROS: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR V WHORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR	68

1 INTRODUÇÃO

A proposição deste **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC)** relaciona-se à decisão que definiu que a permanência e o êxito dos estudantes juntamente com a desburocratização e a qualidade de vida, compõem a tríade de temas prioritários da gestão 2021-2025 do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A instauração da revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC/2018, que dá origem a este novo PEAPEE-IFSC, ocorreu em paralelo com seis encontros virtuais¹, organizados pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), no período de outubro a dezembro de 2021, transmitidos pelo canal do Youtube do IFSC, chamados “Olhares sobre a evasão”. No mesmo período, teve início a organização do VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar, em parceria com a Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior (ABAPEVE), realizado presencialmente nos dias 09 e 10 de novembro de 2022².

Deste modo, a revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC não ocorreu de maneira isolada, e foi nesta perspectiva que a Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA), foi instituída no novo organograma da PROEN. A criação dessa coordenadoria resultou do entendimento da equipe gestora da Pró-Reitoria de Ensino de que a efetivação do plano precisaria de aportes da estrutura organizacional, podendo o próprio plano ser uma ferramenta metodológica institucional importante para a organização, articulação, bem como para compor a

¹Programação dos encontros virtuais:

- 7 de outubro de 2021- Palestra de abertura: "Políticas Públicas e Evasão Escolar". Palestrante: Professor Roberto Leher.
- 5 de novembro - Palestra: Evasão em tempos de pandemia. Professora Rosângela Fritsch (Unisinos e Abapeve), e professor José Adelmo Menezes de Oliveira (IFSE e Abapeve)
- 17 de novembro - Relatos das rodas de conversas realizadas com estudantes do IFSC no período de isolamento social e atividades remotas: sobrevivência e resistência no período pandêmico. Lino Gabriel Nascimento (professor do IFSC); Olaine Aparecida Zilio Morona (assistente social do IFSC); Diogo Moreno Pereira Carvalho (professor do IFSC); Sandra Lopes Guimarães (pedagoga, Proen/IFSC).
- 24 de novembro - Palestra: Por que os discentes evadem? Uma abordagem para o fenômeno sob a ótica da Engenharia do Conhecimento. Sérgio Nicolau da Silva (analista de TI do IFSC). Palestra: Acesso, inclusão e direito à educação. Rosileia Lucia Nierotka (assistente social da UFFS).
- 25 de novembro - Palestra: Pontos e contrapontos do plano estratégico de permanência e êxito do estudante. João Oliveira Ramos Neto (professor do IF Goiano); Carlos Daniel Ofugi Rodrigues (professor do IFSC)
- 8 de dezembro - Palestra: O abandono escolar e os desafios para a permanência estudantil. Alexandra Dal Pizzol Coelho Zanin (professora do IFRS); Patrícia Maccarini Moraes (assistente social do IFSC).

² Link do evento: <https://www.ifsc.edu.br/coloquio-ept-e-evacao> (O APÊNDICE C apresenta informações relacionadas à participação dos estudantes, bem como o resultado do evento em números).

formação, acompanhamento e consolidação das ações e projetos que visam à prevenção e enfrentamento à evasão escolar e, conseqüentemente, diminuição dos índices relacionados a ela.

O planejamento da revisão e atualização do plano estratégico ocorreu em fevereiro de 2022, a partir da definição dos seguintes pontos:

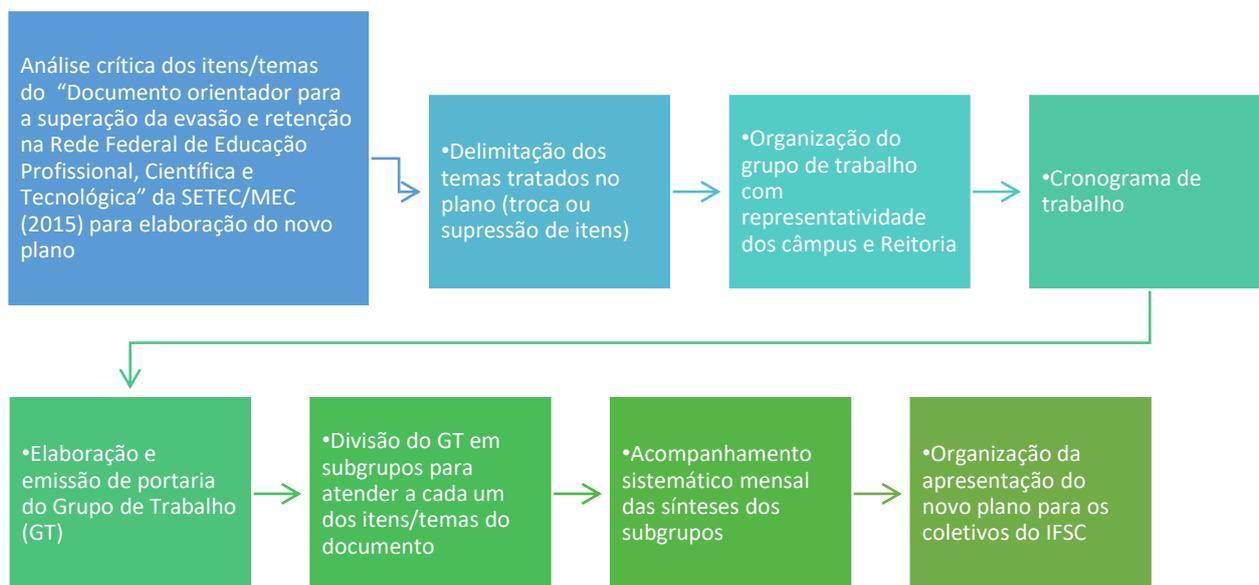


Figura 1 - Fluxo para revisão e atualização do PEAPEE-IFSC

Nos meses que se seguiram, o grupo de trabalho (GT) foi instituído por meio da Portaria do Reitor n° 912, de 1 de abril de 2022, e subsequentemente pela Portaria do Reitor N° 3049, de 18 de outubro de 2022, para organizar o conteúdo do PEAPEE-IFSC.

O trabalho coletivo desenvolvido ao longo desses meses resultou no documento ora apresentado, o qual está sistematizado da seguinte forma:

- a) **OBJETIVO:** na continuidade desta seção, são apresentados os objetivos geral e específicos do PEAPEE-IFSC.
- b) **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA:** apresenta-se, de modo sucinto, a importância dos temas: acesso, permanência, êxito e evasão para o IFSC ao longo dos últimos anos. Em especial, o processo de elaboração e consolidação dos planos estratégicos que sistematizam e orientam as ações na instituição.
- c) **BASE LEGAL:** nesta seção são mencionadas as principais referências relativas à legislação brasileira, especialmente o direito constitucional relativo à educação. Igualmente, discorre-se sobre as políticas sociais que asseguram as condições mínimas para a permanência e êxito dos estudantes e os documentos institucionais que orientam o trabalho no IFSC.

- d) **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024:** diante da iminente atualização do PDI, este PEAPEE-IFSC lança bases para futuras discussões, destacando, do PDI vigente, temas centrais para a instituição como acesso, permanência, êxito e evasão.
- e) **REFERÊNCIA CONCEITUAL:** busca-se apresentar os conceitos que balizaram a elaboração do PEAPEE-IFSC e que orientarão as ações institucionais de acesso, permanência, êxito e enfrentamento à evasão. Estes pressupostos são fundamentais para o planejamento, como um processo organizado e alinhado em rede, considerando-se a diversidade dos 22 câmpus do IFSC e a abrangência territorial destes.
- f) **ASPECTOS METODOLÓGICOS:** neste capítulo, são indicados os aspectos fundamentais para a organização do diagnóstico, com base em indicadores quantitativos e qualitativos, nos fatores intervenientes, considerando, para tanto, a composição das comissões de acesso, permanência e êxito central e locais. O Quadro 5 (p. 46) apresenta o cronograma de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e projetos vinculados ao PEAPEE-IFSC, de modo a organizar as etapas de trabalho.
- g) **PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS:** este item do PEAPEE-IFSC destaca a importância de algumas características institucionais e do público atendido, que devem ser consideradas na proposição de projetos e ações, ressaltando as modalidades de ensino, a articulação com movimentos e documentos institucionais, o público e grupos minorizados, o atendimento e ações e do acesso ao egresso, atividades junto aos discentes, outras macroações institucionais – sinalizando a interlocução entre o presente documento e outros movimentos e ações do IFSC – e, por fim, evidenciando a importância do trabalho com a rede de serviços socioassistenciais.

O presente documento é resultado, portanto, do que se vislumbrou como necessidade para revisão e atualização do antigo plano, visando à sua plena efetivação em todos os câmpus, e em articulação com os setores da Reitoria. É importante destacar que o texto aqui apresentado é resultado de um trabalho coletivo e participativo, mediante o qual foram produzidas sínteses a partir de estudos e debates que consideraram os conceitos que referenciam e circunscrevem a temática da evasão, do acesso, da permanência e do êxito escolar a fim de subsidiar as ações e projetos institucionais.

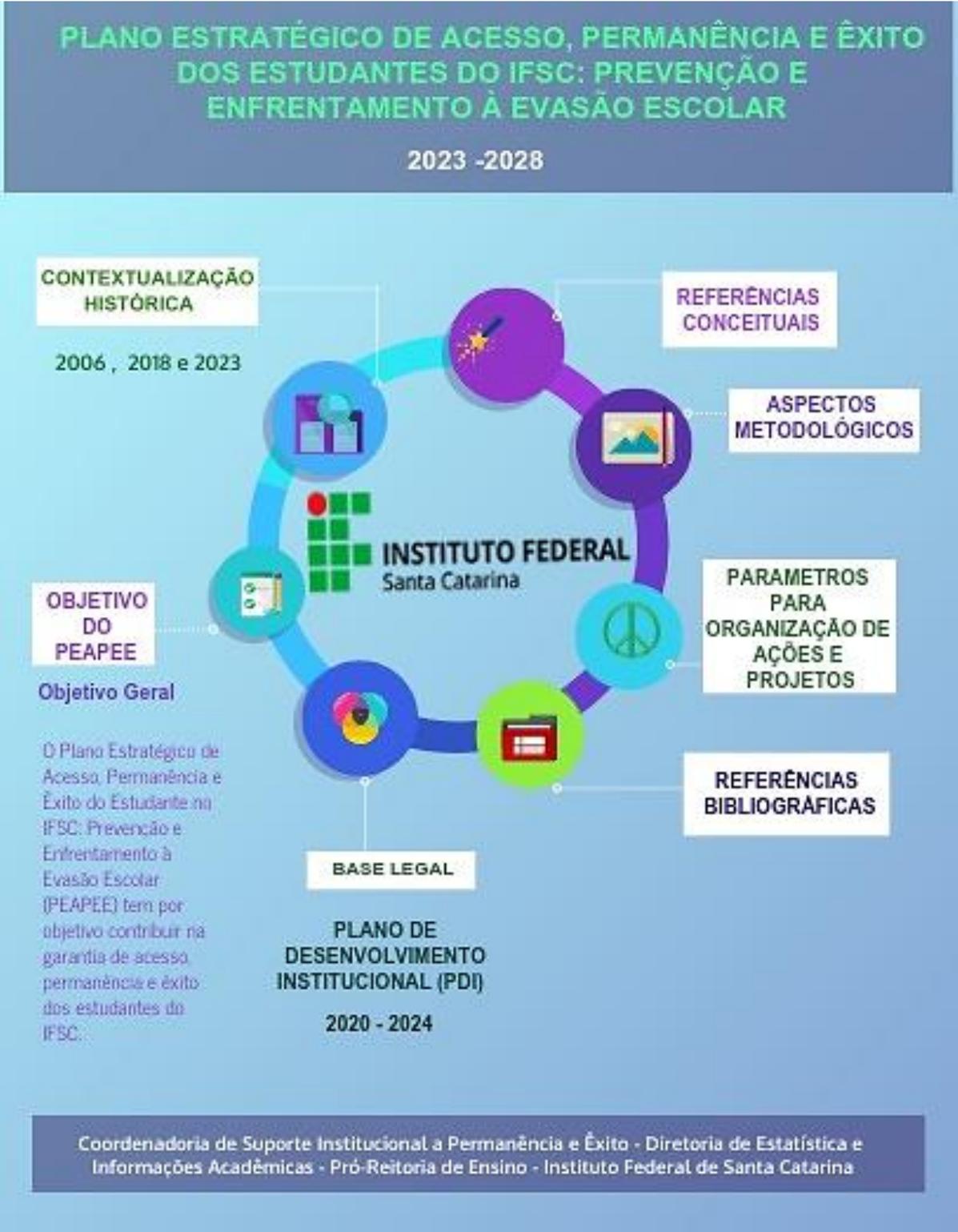


Figura 2 - Estrutura do PEAPEE-IFSC

2 OBJETIVOS DO PEAPEE-IFSC

Para a elaboração de seus objetivos, o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do Estudante no IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC) fundamenta-se na missão, visão e valores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

2.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes do IFSC

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ▶ Mapear as ações e projetos realizados e em andamento;
- ▶ Produzir diagnósticos a partir dos fatores intervenientes;
- ▶ Fomentar a mobilização e integração dos gestores e dos coletivos com relação à temática;
- ▶ Identificar as questões estratégicas (possibilidades e desafios) que viabilizem a implementação do plano;
- ▶ Estabelecer, de forma participativa e democrática, um plano de ações e projetos nos câmpus e na Reitoria;
- ▶ Contribuir nas tomadas de decisão relacionadas a acesso, permanência, êxito e enfrentamento à evasão escolar;
- ▶ Subsidiar a consolidação da identidade institucional, reconhecendo as identidades dos coletivos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de ensino, que atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis de escolaridade – qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio (integrados, concomitantes e subsequentes), superiores (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) – nas modalidades presencial, a distância (EaD), Educação de Jovens e Adultos (EJA), todas articuladas à Educação Profissional.

O IFSC, assim como os demais institutos federais (IFs), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica³. Essa lei estabeleceu novas atribuições ao, então, Centro Federal de Educação Tecnológica/SC (CEFET-SC) que, por sua vez, também foi parte de mudanças relativas à oferta do ensino técnico no Brasil realizada ao longo de mais de 100 anos⁴. Tal oferta ocorre desde 1909, com a publicação do Decreto Federal nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, e que, em 1910, deu origem à instalação de 19 unidades em capitais de diferentes estados, incluindo Santa Catarina. Neste período, a Educação Profissional não mudou apenas de nome, mas passou também por atualizações sociais, políticas e pedagógicas.



Figura 3 - Linha do Tempo do IFSC

³ Os Institutos Federais são instituições educacionais pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

⁴ No portal do MEC está disponível um documento de referência denominado “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica”, em que se destacam a história e constituição dos Institutos federais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-conceptaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mai. 2022.

Considerando que as informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, especificamente, sobre o IFSC, já se encontram amplamente divulgadas, e as questões relativas a ela, debatidas por inúmeros pesquisadores e em documentos institucionais, não está no escopo do presente documento fazer a apresentação de sua história, tampouco analisar as mudanças pedagógicas ocorridas no decorrer dos tempos. Contudo, entende-se que os diferentes tipos, formas e modalidades dos cursos ofertados pelo IFSC, no âmbito da EPT, mesmo que atualizados ao longo do tempo, estão imbricados com às questões e índices de exclusão escolar que ecoam até hoje de forma atualizada. Ou seja, muda-se a nomenclatura institucional, renovam-se as ofertas de cursos e áreas, mas a evasão, a repetência e a retenção escolar andam *pari passu*, e seguem enunciadas pelas narrativas de sua época.

Patto (1999), em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar”, fundamentada na teoria histórico-social, indica que, em cada período da história, a evasão e a repetência escolar são entendidas e justificadas, de maneira a responsabilizar especialmente o sujeito estudante pelo seu insucesso nos estudos, e não a reconhecer que a evasão escolar integra os resultados nefastos de uma sociedade excludente. Dito de outro modo, cada momento histórico apresenta uma narrativa socialmente, e, até, cientificamente, aceita para justificar o processo capitalista de exclusão escolar e a produção de um exército de reserva. Diante dessa problemática, percebe-se que ao longo da história do IFSC e de seus cursos, desafios e especificidades vêm sendo evidenciados com relação aos índices de evasão e de repetência escolar, uma vez que a organização de um trabalho institucionalizado para tratar destas questões (acompanhamento e análise de dados e pesquisas) é muito recente.

Nesta perspectiva, cabe destacar que alguns relatórios, relatos orais e pesquisas indicam que que o IFSC sempre realizou atividades de enfrentamento à evasão escolar, nem sempre de modo institucionalizado e sistematizado, por meio das quais se buscou, com ou sem sucesso, reverter tais índices. Somente em 2006, tem-se o registro do desenvolvimento de um projeto institucional com tal finalidade, o Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFET-SC⁵ – elaborado por um GT multiprofissional e intercâmpus, sob a Portaria nº 291, de 07 de agosto de 2006, da Diretora-Geral – que teve como objetivo promover ações imediatas de resgate aos alunos “evadidos”, assim como uma reestruturação institucional a fim de “efetivar processos para garantir a permanência do aluno no seu itinerário de formação” (IFSC, 2006, p. 07).

A alusão a esse projeto é particularmente importante por tratar-se de uma iniciativa institucionalizada, da gestão e da comunidade escolar, para enfrentamento ao problema, que desencadeou várias ações, repercutiu na instituição e, inclusive, em outros CEFETs, considerando que o CEFET-SC, entre seus pares, foi o primeiro a propor um projeto relacionado a esse tema.

⁵ IFSC. Grupo de Trabalho Permanência e Êxito 2006 -2008. Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFETSC. [Documento restrito à Intranet do IFSC]. Disponível em: https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=504&Itemid=271

As atividades desenvolvidas pelo GT refletiram na adesão à temática por alguns documentos institucionais e consolidaram determinados termos, tais como acolhimento, permanência, êxito escolar, no ideário pedagógico, ainda que muitos deles, ao longo do tempo, tenham sofrido um esvaziamento de sentido. Como exemplo, cita-se o termo ‘acolhimento’, que, no acompanhamento das atividades acadêmicas dos câmpus, tem se referido, em geral, a ações de cunho mais burocrático.

Diante desse contexto, quando recebeu a demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) – por meio da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC⁶, que continha orientações para elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes na Rede Federal, referenciada pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica, e Tecnológica, de 2014, – diferentemente de outros IFs, o IFSC já tinha certa orientação e experiência sobre o tema. Em resposta à referida demanda, em 2018, o Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) aprovou *ad referendum*, a Resolução nº 23, de 21 de agosto de 2018⁷, que estabeleceu o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, e, em 10 de outubro do mesmo ano, o apresentou à comunidade acadêmica.

Cabe observar que o plano de 2018 se originou a partir de orientações e diretivas da SETEC; além disso, o momento histórico e a posição político-pedagógica institucional, em 2015, diferiam do tempo e dos entendimentos institucionais de 2006; o que, conseqüentemente, gerou resultados distintos, considerando a circunstância e o modo como a demanda para elaboração do documento chegou à instituição; ou seja, em 2015, a iniciativa para ações não partiram do IFSC, como em 2006, mas da SETEC, que designou a produção de um plano estratégico na rede em função do acórdão Nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesta perspectiva, de acordo com um mapeamento das comissões locais realizado pela Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito, entre novembro e dezembro de 2021, observou-se que no período de outubro de 2018 a dezembro de 2022, do total de 22 câmpus do IFSC, apenas sete

⁶ Demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC):

- Memorando circular Nº 28/2016-DAE-REI (11.01.04.06) IFSC (25/04/2016)
- Ofício Circular nº 084/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC (02/09/2015);
- Ofício Circular nº 77/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC (20/08/2015);
- Ofício-circular nº 60/DDR/SETC/MEC (17/07/2015);
- Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC (15/07/2015);
- Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC (09/07/2015);
- Trabalho do Grupo de Trabalho - Evasão e Retenção na Rede Federal (Portaria nº 39 SETEC/MEC, de 22/11/2013).

⁷ Resolução Consup nº 23, de 21 de agosto de 2018. Aprova, *ad referendum*, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Disponível em: [https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Resolucao_Consup_23-2018-PPE_IFSC\(1\).pdf](https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Resolucao_Consup_23-2018-PPE_IFSC(1).pdf).

comissões locais estavam consolidadas (formalizadas, ou desenvolvendo atividades), e quanto à Comissão central estabelecida pela portaria de 2018, não foram identificadas informações.

Na situação atual, o presente PEAPEE-IFSC reflete uma demanda interna (câmpus e Reitoria) e um compromisso com os referenciais teóricos e normativos⁸ do IFSC, da Educação profissional e Tecnológica e da Pedagogia Histórico-Crítica. Nele, buscou-se ampliar o número de referências teóricas, de pesquisadores da área, produções acadêmicas e de experiências da Rede Federal de Educação Profissional para fundamentar as dimensões teórica e metodológica do plano.

Destaca-se, por fim, que o PDI 2020-2024 prevê em seu Capítulo 6, sobre o Planejamento estratégico institucional, item 6.7.2., do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, que este deveria ser revisado a partir de 2020. Além disso, vários IFs têm caminhado na direção de atualizar seus Planos Estratégicos de Permanência e Êxito, independentemente de uma exigência da SETEC.

⁸ Legislações que propõem diretrizes e metas que respaldam ações de enfrentamento à evasão escolar na perspectiva da permanência e êxito:

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (PNE);
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO 1990);
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI), e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1KwP0LnxB_w8EvfvfLGBU3R5BbUfteF5s
- Resolução Consup nº 07 de 04/03/2020 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2020-2024). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XiW-lox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view>
- Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI 2009-2013. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/524605/PDI_2009-2013.pdf/4fd64183-0e89-4c0e-8504-ed83073acb01.

4 BASE LEGAL

O acesso, a permanência e o êxito escolar encontram base legal em diferentes documentos governamentais, tais como a Constituição Federal de 1988 (CF), o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Todos eles defendem o direito à educação de qualidade, com garantia ao acesso, à permanência e ao êxito dos cidadãos e cidadãs.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 assinala que a educação é dever do Estado e da família, e direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa – a educação, como processo amplo, é entendida para além do espaço escolar. Na sequência, o artigo 206 da Constituição Federal estabelece que o ensino deve ser ministrado conforme alguns princípios, dentre os quais destaca-se a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, p. 119). Igualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, reafirma o direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além do respeito pelos seus educadores. Portanto, referem-se às condições que extrapolam aquelas que garantem o ingresso dos estudantes às instituições de ensino. Ao abordar o acesso e a permanência, marca-se a importância de uma visão de formação integral, na qual as expressões da questão social são enfrentadas.

Reafirmando o disposto na CF, a LDB sublinha a educação como direito social básico de crianças, jovens e adultos, versando acerca da organização dos sistemas e modalidades de ensino, orçamento e qualidade da educação, dentre outros parâmetros. A LDB trata, sobretudo, do acesso à educação básica como um direito público subjetivo, podendo qualquer pessoa acionar o poder público para exigir tal direito. O PNE, Lei nº 13.005/2014, traz uma série de metas e estratégias para o ensino em todos os níveis, que compõem dez diretrizes, envolvendo a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade da educação, por exemplo.

Com foco nos jovens da educação superior pública, outro dispositivo legal que contribui para a garantia da permanência e do êxito estudantil é o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. No Art. 2º deste documento constam como seus objetivos:

I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, s/p)

É importante ressaltar que, para além do acesso, o decreto preconiza a igualdade de condições de permanência dos jovens na educação superior, buscando minimizar as desigualdades sociais na esfera educacional que impedem muitos estudantes de concluir seus estudos com êxito. Alinhado à proposta do PNAES, desde 2011, estão sendo implementados programas de assistência estudantil no IFSC, atentando, para além dos estudantes do ensino superior, também àqueles vinculados ao ensino técnico de nível médio (em suas diversas formas de oferta). Deste modo, os estudantes têm tido acesso a atividades desportivas, auxílio financeiro e apoio à participação em eventos, alimentação escolar, dentre outros.

No que diz respeito aos estudantes com deficiência, a permanência e o êxito são consideradas garantias essenciais para os IFs e estão previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destacada no capítulo destinado à Educação, Art. 28, inciso V, que prevê a “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015, p. 20). Em decorrência dessa lei, foi publicado o Decreto nº 7611/2011, que dispõe, dentre outras providências, sobre o atendimento educacional especializado (AEE) – uma medida efetiva, adotada pelo IFSC, de atendimento e acompanhamento desse público.

No âmbito institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC destina um item do terceiro capítulo para tratar exclusivamente da permanência e êxito do estudante. O PDI orienta a implementação de diversas ações programáticas, como o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem, o apoio psicossocial, em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem, o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo, a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas, entre outras.

5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSC é um dos documentos de referência institucional, sendo que, nele, são indicadas as estratégias adotadas para alcançar os objetivos e metas, atentando para a identidade e a intencionalidade institucional. Além disso, o PDI também merece destaque devido à sua função orientadora para a elaboração de outros documentos institucionais. Dada sua importância, o presente capítulo propõe-se a uma reflexão acerca de alguns de seus pontos relativos ao acesso, permanência, êxito dos estudantes e ao enfrentamento à evasão escolar no Instituto Federal de Santa Catarina.

No PDI 2020-2024, o Capítulo 03 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI), define o ideal educativo da instituição para as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, o subcapítulo 3.4.2. Permanência e Êxito, ao mencionar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante (2018), afirma que seu objetivo é “promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam ao enfrentamento da evasão e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional.” (PDI 2020-2024, p. 82). Entende-se, assim, que tal conjunto de medidas deve estar associado a todas as ações, projetos e programas institucionais, haja vista a complexidade, dinamicidade e relevância do tema. No atual PPI, o tema é direcionado a um determinado coletivo, especificamente às “equipes interdisciplinares” dos câmpus. Entretanto, evasão e retenção são fenômenos de responsabilidade institucional, não perfazendo atribuição específica de um ou outro coletivo.

Defende-se neste PEAPEE-IFSC, portanto, que as mobilizações, ações e projetos de acesso, permanência e êxito escolar, bem como o enfrentamento à evasão, devem ser de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, considerando-se a realidade, as características e as dimensões dos câmpus, setores e coletivos. O presente PEAPEE-IFSC propõe que este tema esteja diretamente implicado com todo ensino, isto é, que seja reconhecido como atribuição, e até mesmo diretriz de trabalho, de todos os setores da Pró-Reitoria de Ensino, da Reitoria e dos câmpus.

Cabe observar, ainda, que no Capítulo 03 do PDI atual, a permanência e o êxito dos estudantes, bem como a evasão escolar, estão diretamente vinculadas aos Assuntos Estudantis (3.4. ASSUNTOS ESTUDANTIS, p. 80) – vínculo que não reflete a atual estrutura e organograma da PROEN, uma vez que foi criada a Coordenadoria de Suporte Institucional de Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA/PROEN). Com esta reestruturação, o IFSC evidencia a priorização do tema na instituição.

Reitera-se que o Capítulo 6 do PDI – Planejamento Estratégico Institucional, subcapítulo 6.7.2. Plano Estratégico de Permanência e Êxito, versa sobre a construção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante (2018) como resultado de uma demanda externa, motivada pela SETEC/MEC, enquanto, no contexto atual, o processo de revisão e reformulação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito ocorre em função de uma demanda interna, gerada pela preocupação inerente à relevância do tema para os processos de ensino-aprendizagem e a missão institucional.

6 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Considerando os objetivos do Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do Estudante no IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC), o intuito desta seção é abordar, de forma direta e resumida, em especial para aqueles que não são estudiosos da temática, conceitos estratégicos sobre acesso, permanência, êxito e evasão escolar. Para isso, a partir de uma construção coletiva, apresenta-se aqui um estudo de alguns dos principais teóricos que pesquisam o assunto. Tendo em vista a complexidade de explicitar conceitos, uma vez que cada indivíduo insere sua percepção sobre um determinado fato a partir de sua vivência, foram feitas algumas escolhas estratégicas, delimitando conceitos e tecendo articulações importantes para a compreensão dos referidos fenômenos que envolvem diretamente toda a comunidade acadêmica.

A tríade acesso, permanência e êxito constitui um conjunto de políticas públicas, ações e projetos institucionais interdependentes que estão presentes ao longo de todo o processo acadêmico do estudante. A necessidade dessa interdependência advém do fato de que não basta possibilitar ao estudante o acesso à instituição; é preciso disponibilizar-lhe condições de frequentar o curso até que receba seu certificado de conclusão (ARAÚJO; SILVA, 2017).



Figura 4 - Tríade Acesso, Permanência e Êxito

A referência a esta relação dialética entre acesso, permanência e êxito também se vincula à promoção da inclusão e democratização dos bens sociais, posto que o princípio da inclusão orienta a missão institucional do IFSC. Não há como trabalhar acesso, permanência e êxito sem considerar os preceitos da inclusão escolar.

Os pesquisadores Araújo, Silva e Mendes (2014), ao analisarem as ofertas dos institutos federais, apontam que estas instituições de ensino têm como características a originalidade, a diversidade de oferta de educação profissional em distintos níveis e modalidades, que conseqüentemente alcança um público muito variado e heterogêneo, permitindo-lhe acesso a uma formação integral e, para muitos, transformadora da realidade social.

[...] temos de construir políticas concretas que venham garantir a permanência e o sucesso escolar desses novos estudantes. Caso contrário, democratizaremos o acesso, mas não democratizaremos o conhecimento, algo imprescindível para rompermos com a cultura escolar elitista, segregadora e dualista. (ARAÚJO; SILVA; MENDES, 2014, p. 16).

É justamente neste novo modelo de instituição, os IFs, por meio de políticas efetivas que garantam permanência e êxito, que se transcenderá o acesso – promovendo o conhecimento – objetivo deste PEAPEE-IFSC.

6.1 Acesso

Mesmo atendendo aos dispositivos legais que garantem o **acesso** à educação, poucas pesquisas e estudos direcionados à temática do acesso têm sido produzidos, seja como direito ou como política pública, exceto no que se refere à temática de cotas. As concepções predominantes de acesso se relacionam às políticas de cotas – no que tange à entrada na instituição de públicos específicos – e ao ingresso, entendido pelo PEAPEE-IFSC apenas como uma etapa, uma estratégia e uma parte do acesso ao ensino. Assim, é importante conceber e formular políticas que ampliem as oportunidades de acesso aos cursos do IFSC, compreendendo que o acesso envolve questões muito mais abrangentes, que ultrapassam as formas de ingresso na instituição. De acordo com Silva e Veloso (2010, p. 222), o acesso é um conceito multidimensional, que envolve “ingresso, permanência, conclusão e formação”, além de ser complexo, pois exige respostas como “A quem? A que fins? Como?”. Portanto, pensar a democratização do acesso é considerar também esses aspectos.

O acesso ainda se relaciona à garantia de meios materiais (tecnologias, qualidade de internet, linguagem e meios de disseminação das informações) que favoreçam o sujeito. Isto posto, visando à democratização do acesso e, conseqüentemente, ao direito à aprendizagem, para o IFSC é fundamental que se conceba, em suas bases, o acesso, a partir das dimensões de ingresso, permanência, formação e conclusão, de maneira indissociável. Assim, pretende-se proporcionar ao estudante, além do direito de estar fisicamente na instituição, o direito de permanecer nela com qualidade e de concluir seus estudos com êxito, respeitando o seu ritmo e o seu tempo.

6.2 Permanência

No tocante à *permanência*, é importante demarcar as discussões que a entendem como contraponto, antítese, à evasão escolar (MENDES, 2020), mas que, por isso, estão em constante articulação e interação dialética. Assim, a discussão sobre permanência estudantil parte dos diagnósticos, dos levantamentos de fatores, dos indicadores sobre a evasão escolar, mas não se esgota neles. Ela se vincula com o reconhecimento e com a garantia do direito à educação e requer o empreendimento de esforços e iniciativas tanto por parte dos estudantes – organizados individual ou coletivamente – quanto das instituições e da sociedade civil. Nesta perspectiva, a permanência estudantil precisa ser reconhecida e assegurada como política pública efetiva do Estado, voltada a garantir e fortalecer a trajetória dos estudantes.

Santos (2009, p. 77) conceitua permanência “como a possibilidade do estudante em manter os seus estudos até final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social”. Considerando aspectos da estrutura da sociedade, tais como a desigualdade social e a produção reiterada de exclusão social observada com o adensamento das políticas neoliberais, compreender os fatores que intervêm nas condições que os estudantes encontram para permanecer relaciona-se com aspectos múltiplos e de diversas ordens, tanto individuais quanto das instituições nas quais estão inseridos. Na mesma esteira, Moraes (2021) entende que a permanência estudantil se articula com as condições de vida dos estudantes e com as condições institucionais. O primeiro tipo de condição refere-se à inserção dos estudantes e de suas famílias no mundo do trabalho e nas relações de produção, bem como às estratégias que desenvolvem para manutenção e reprodução da vida, tanto nos aspectos biológicos, quanto sociais e culturais. Já as condições institucionais são compostas pelos programas desenvolvidos pelas instituições de ensino, cujo objetivo é promover a permanência dos estudantes, e pelas diversas ações, nem sempre registradas e formalizadas, que são realizadas no cotidiano institucional, no âmbito da gestão dos cursos, no dia a dia das salas de aulas, nas equipes de apoio pedagógico, entre outros (MORAES, 2021).

A permanência estudantil se relaciona também com a elaboração de estratégias, que vão desde o âmbito informal (coletivo ou individual) até o formal (política institucional), as quais a Mendes (2020, p. 402) entende como um “conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até a conclusão”. Esse conjunto de ações que se configura nas estratégias de permanência possui dimensões materiais e simbólicas (SANTOS, 2009; MENDES, 2020). Na dimensão material, as estratégias empreendidas pelos estudantes estão relacionadas com fatores/movimentos como conciliação entre trabalho e estudo, opção por cursos no período noturno, procura por bolsas e auxílios e outras formas de apoio ou subsídios (MENDES, 2020). A dimensão simbólica da permanência se

expressa em processos mais individuais dos estudantes, maior dedicação aos estudos, buscar apoio em colegas, professores e também em dinâmicas coletivas relacionadas à organização em movimentos de afirmação de identidade e reconhecimento, entre outros (MENDES, 2020). Santos (2009, p. 71) estabelece que as condições simbólicas de permanência possuem relação com “a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele”. Nessa lógica, pode-se verificar situações de inadaptação, exclusão ou discriminação, que podem ameaçar a permanência simbólica de alguns grupos, principalmente daqueles recém-chegados às instituições. Para garantir essa permanência, os estudantes precisam adquirir *status* de pertencimento, de igualdade – o que exige adquirir e decodificar códigos da cultura institucional (SANTOS, 2009).

Observa-se, a depender da situação social do estudante, que as duas dimensões da permanência podem aparecer de forma articulada, pois, raramente, essas dimensões aparecem isoladas ou são vivenciadas de forma parecida pelos estudantes; na maioria das vezes, compõem-se de um emaranhado de situações e de vivências que impactam ou ameaçam a permanência deles. Por exemplo, a busca pela permanência material pode fazer com que o estudante procure por um trabalho para complementar a renda, o que interferirá no tempo disponível para viver a instituição em sua plenitude, principalmente quando a área de inserção laboral é distinta da área de formação.

Segundo Castelo Branco e Nakamura (2013), a análise da categoria permanência tornou-se importante diante do contexto que se desenvolveu no Brasil com a ampliação do acesso para a parcela mais empobrecida da população, antes excluída do sistema educacional formal, desde a educação básica até o ensino superior. Portanto, a permanência se refere às reais possibilidades de um estudante ingressar na instituição de ensino e desenvolver uma trajetória que permita a instrumentalização acadêmica de qualidade e o seu encerramento (COSTA; PICANÇO (2020). Para qualquer estudante, os riscos de evasão são reais pela incapacidade de conciliar horários de estudo, incompatibilidade entre trabalho e estudo, dificuldades de integração por reprovações, entre outros fatores que podem vir a comprometer, sobretudo, a trajetória dos ingressantes de camadas populares, e de maneira especial, mulheres trabalhadoras, pobres e negras.

6.3 Êxito

Já o conceito de *êxito* é sempre muito debatido e questionado, tanto por seu caráter subjetivo e pessoal quanto por sua “medição”. Na perspectiva pessoal, apresenta-se como subjetivo, e cabe a cada sujeito interpretá-lo em sua trajetória. Contudo, para a finalidade deste plano, cabe demarcar que o termo ‘êxito’ foi indicado pelo GT que elaborou o já citado “Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFETSC” (2006), como uma forma de contraposição ao conceito de fracasso escolar, como, posteriormente, foi apontado por Guimarães (2012, p. 13)

ao explicar que esta contraposição teve como objetivo desconstruir o conceito de fracasso, assim como estabelecer um indicador que considerasse o “tempo e o processo de escolarização do aluno e um [...] referente ao [...] egresso”. A opção pelo termo ‘êxito’, em detrimento de ‘sucesso’, se deu “para salvaguardar os efeitos e os desafios do processo de ensino aprendido de cada aluno. Guimarães (2012, p. 13) também demarca a diferença, ainda que sutil, mas necessária, entre os termos ‘êxito’ e ‘sucesso’ quando esclarece que “se tomarmos ‘êxito’ como efeito ou consequência e ‘sucesso’ como acontecimento ou ocorrência, podemos concluir que, na época, o GT anunciava que estava preocupado com o processo e não exclusivamente com o momento no qual o sucesso é aferido”.

Para fins de organização de indicadores, ressalta-se que o êxito pode ser aferido tanto na perspectiva da instituição, que deve garantir condições para que o estudante conclua o curso no tempo proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), quanto na perspectiva do estudante, que permaneceu no curso e obteve sua certificação/diplomação no prazo previsto para integralização. Vale frisar que, mesmo que o estudante saia do IFSC e continue seu percurso formativo em outra instituição de ensino, do ponto de vista institucional, não haverá êxito, pois, o IFSC não conseguiu identificar com antecedência os fatores intervenientes que motivaram a mudança de instituição nem proporcionar as condições necessárias para a sua permanência no curso de ingresso.

Trabalhar na perspectiva da garantia de acesso, permanência e êxito é uma escolha e uma estratégia de enfrentamento à evasão escolar de maneira preventiva e contínua. Para tanto, é, antes de tudo, indispensável entender o fenômeno tratado aqui, suas imbricações históricas, sociais, políticas, culturais e educacionais, ou seja, os fatores intervenientes que produzem o processo de evasão escolar.

6.4 Evasão escolar

O fenômeno da *evasão escolar* figura entre os problemas educacionais mais preocupantes dos últimos tempos e está presente nos diversos níveis e modalidades de ensino, embora se manifeste de formas diferentes em cada contexto. De maneira geral, compreende um fenômeno internacional que afeta instituições tanto públicas quanto privadas (SILVA FILHO *et al.*, 2007; VITELLI; FRITSCH, 2016).

Contudo, conforme apontam Dore e Lüscher (2011a; 2011b), há uma variedade de situações que podem ser associadas à evasão, e não se encontra na literatura uma consistência quanto à compreensão do fenômeno. Entre tais situações, as autoras apontam a saída do estudante de um curso, da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão de um nível de ensino, entre outras. Esta diversidade de situações compreendidas como evasão, aliada à busca pela compreensão dos processos excludentes, torna o exame e a investigação do problema ainda mais complexos. Assim, a reflexão sobre a temática da evasão demanda que se leve em conta

uma série de questões, a fim de evitar reducionismos e análises rasas. Entre elas, Dore e Lüscher (2011b) apontam o nível de escolaridade em questão (educação básica ou superior), o contexto da educação, obrigatório ou eletivo, o tipo de evasão de que se está tratando (descontinuidade, retorno, não conclusão definitiva, entre outras) e as possíveis razões que motivam a evasão.

A retenção e a repetência escolar podem ser fatores associados, ou não, a outros fatores do contexto socioeducacional que resultem em evasão escolar. Assim como a distorção da idade-série, desemprego, problemas de saúde, ausência de pertencimento na instituição, sentimento de inadequação àquele ambiente escolar, a escolha de outra instituição de ensino, trabalho, problemas pessoais ou sociais, entre outros tantos, são fatores que podem ser identificados, mas que não podem e não devem ser estudados isoladamente como causa de evasão escolar. Muitas vezes, o sujeito nem sabe ao certo expressar os motivos de sua saída da instituição, pois, para além de motivos aparentes e emergentes, coadunam-se processos subliminares alimentados pela forma de produção capitalista, que Saviani (1984, p. 20) aponta como sendo “o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista”.

Com relação ao conceito de evasão escolar, é importante destacar que, para muitos autores, ‘evasão’ e ‘abandono’ são sinônimos, assim como podem estar sendo usados como sinônimos os termos ‘êxito’ e ‘sucesso’. Do mesmo modo, o conceito de fracasso escolar está associado, para muitos estudiosos, a uma relação interdependente entre repetência, retenção e evasão escolar. Por esse motivo, é necessário fazer uma análise crítica do autor e do texto lido, de modo a identificar o que é uma escolha conceitual e o que é o uso de sinônimos para enriquecimento da escrita.

Tendo em conta os autores e as referências conceituais aqui elencadas, bem como o objetivo do PEAPEE-IFSC, salienta-se que foram mapeados referenciais que pretendem colaborar com o entendimento do fenômeno complexo, que é a evasão escolar, tal qual seus desdobramentos quanto às questões de enfrentamento na perspectiva do acesso, permanência e êxito.

Finalmente, cabe ressaltar que mesmo que os termos utilizados nos indicadores estabelecidos para fins de pesquisa, acompanhamento e monitoramento estejam associados aos indicadores dispostos no Guia de Referência Metodológica e Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2020), assim como indicadores institucionais presentes e propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI), e que tenham uma acepção mais restrita conceitualmente, eles podem ser lidos sob a ótica apresentada neste referencial.

7 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos aqui apresentados foram elaborados a partir da premissa de um trabalho dialógico, participativo e democrático. Nesta perspectiva, o PEAPEE-IFSC propõe a constituição de uma Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito, com trabalho articulado à organização das comissões locais em cada um dos câmpus do IFSC. Esta articulação levará em conta a formulação de diagnóstico com base na contextualização de fatores intervenientes, indicadores qualitativos e quantitativos. Para tanto, este trabalho integrado (articulado, ou, até mesmo, rizomático) contará com uma mediação metodológica adequada aos objetivos aqui propostos, e será definida no processo de implantação do plano pela Comissão Central e a Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito (CSIPE/DEIA/PROEN).

7.1 DIAGNÓSTICO

Para a formulação de um plano, projeto, organização de estratégias e ações, o diagnóstico é etapa fundamental. O diagnóstico compõe o momento estratégico, no qual a realidade é desvelada e os fatores intervenientes referentes ao fenômeno da evasão escolar são identificados e estudados, em sua relação dialética. Para tanto, a definição sobre quais dados serão utilizados e o momento da coleta são essenciais. É com base no diagnóstico que deverão ser determinadas as demandas e formulados os objetivos e metas para a promoção da permanência e êxito escolar, a partir de dados quantitativos e/ou qualitativos.

O levantamento de dados e informações, uma vez realizado, propicia o estabelecimento de leituras possíveis frente à realidade e, conseqüentemente, a proposição de ações e perspectivas de trabalho. Assim, o diagnóstico realizado para o PEAPEE-IFSC está sistematizado com base em dados quanti-qualitativos, cujo objetivo central é oferecer um panorama institucional sobre o acesso, a permanência e o êxito escolar no IFSC, conforme detalha Jannuzzi (2002, 2009), citado por Vitelli, Fritsch e Corsetti (2018, p. 4):

[...] os indicadores como metodologias de medição, que têm o objetivo predeterminado de retratar, de alguma forma, a realidade pesquisada, porém, em virtude de suas limitações, não avaliam de fato a qualidade da educação. Consistem, na verdade, em sinais e recursos metodológicos, que podem ser qualitativos ou quantitativos e expressam, a partir de um significado particular, um resultado, uma característica ou o desempenho de uma ação, de um processo ou de um serviço, podendo positivamente assumir uma função diagnóstica de amplitude social e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Vitelli, Fritsch e Corsetti (2018) ressaltam a importância de se utilizar indicadores como instrumentos para auxiliar no planejamento e no monitoramento das práticas desenvolvidas pela gestão com vistas ao aprimoramento de suas atividades, sem desconsiderar que eles, por si só não são suficientes para avaliar a qualidade da educação. Além disso, é necessário levar em conta as correlações existentes entre os fatores intervenientes e os indicadores, pois nesta perspectiva ampliam-se as possibilidades de avaliação para a condição de diagnóstico do contexto institucional.

7.1.1 *Fatores Intervenientes na Evasão Escolar*

Neste plano estratégico, optou-se por não trabalhar na perspectiva da “causa”, ou das “causas”, ou dos “fatores” da evasão escolar, da permanência e êxito. Esta ruptura teórica ocorre em função das atualizações das pesquisas na área, bem como na observação do GT sobre os impactos que as categorias de análise utilizadas anteriormente tiveram, de modo a sedimentar o fenômeno.

A literatura aponta uma diversidade de situações associadas à evasão (DORE; LÜSCHER, 2011a; 2011b); do mesmo modo, encontra-se nas produções científicas e nos espaços de discussão da temática uma multiplicidade de conceitos e interpretações, além de possíveis razões que contribuem para tal fenômeno (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017).

Observa-se que o percentual de preenchimento das vagas de ingresso no IFSC apresenta pequena variação nos últimos três anos - acima de 80%. Entretanto, a taxa de evasão indica variações, as quais carecem de uma análise mais aprofundada, especialmente, considerando o passado histórico recente, no qual vivenciou-se uma pandemia. Os dados a seguir sinalizam para a conjuntura institucional não descolada das análises teóricas mencionadas até este momento.

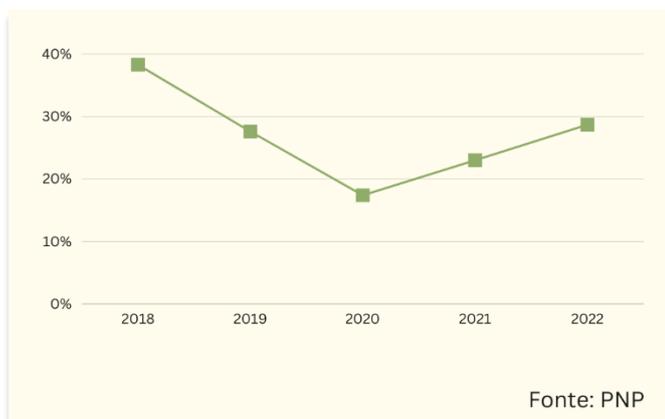


Figura 5 - Taxa de Evasão no IFSC

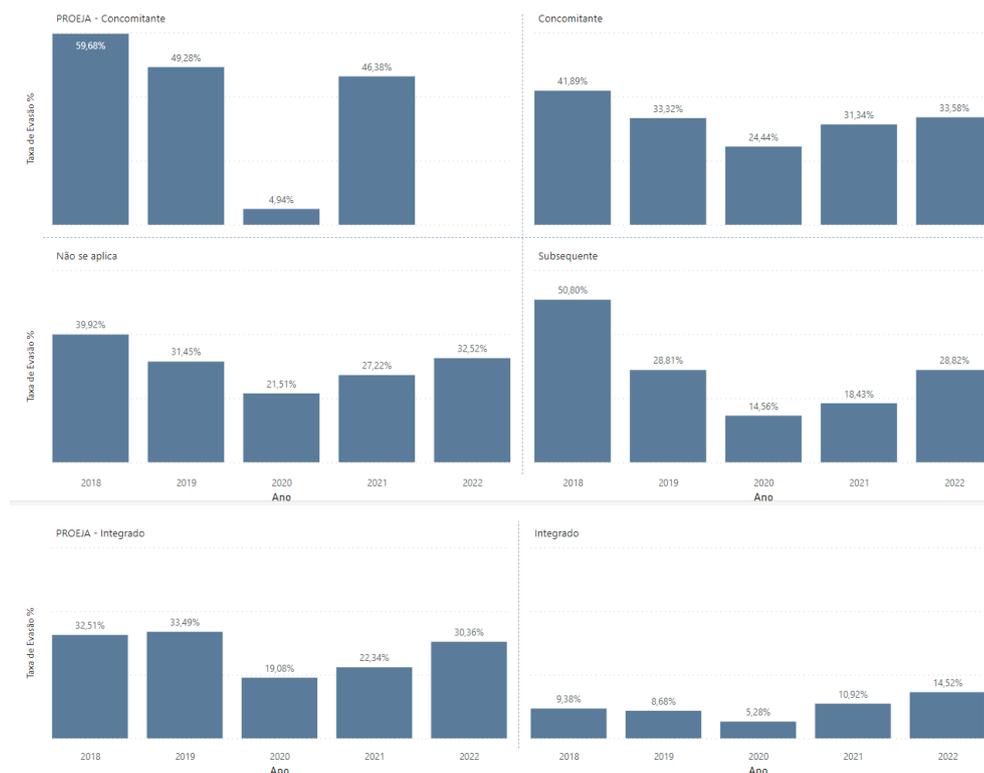


Gráfico 1 - Comparativo entre taxas de evasão em 2021 na modalidade EJA¹⁰¹¹

Um problema de grande complexidade demanda soluções igualmente complexas, e a compreensão das razões é uma ferramenta-chave para a proposição de encaminhamentos para resolução. No entanto, sua identificação envolve uma série de fatores dificilmente identificáveis, que abrangem dimensões individuais do estudante, familiares, escolares e ambientais da comunidade da qual ele faz parte. Além disso, conforme Dore e Lüscher (2011a; 2011b), a saída do estudante, de um curso ou da instituição, representa o estágio final de todo um processo cumulativo de fatores que contribuem para o seu desengajamento. Sobre isso, Rumberger (2001) reafirma a complexidade do fenômeno indicando a variedade de razões apresentadas por estudantes evadidos, mas salienta que elas não revelam outras possivelmente envolvidas, especialmente fatores que podem ter interferido, tempos antes, nas atitudes, comportamentos, no desempenho escolar e, conseqüentemente, na decisão de abandonar a escola, ainda que de forma indireta. Assim, segundo o autor, se múltiplos fatores contribuem para o fenômeno, torna-se impossível identificar uma conexão causal entre qualquer fator unicamente e a decisão de evadir.

Entre o conjunto de fatores que influenciam o estudante na decisão de permanecer ou abandonar a escola, Rumberger (2001) relaciona alguns no âmbito individual – atributos dos

10

Disponível

em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVLLWJjNzYtZWQwYjI2OTlhYWY1IiwidCI6IjlnjgyMzU5LWQxMjgtNGVhY1IiYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em 28 abr. 2023.

¹¹ O gráfico identificado como “Não se aplica” refere-se aos cursos de graduação e pós-graduação.

estudantes, como valores, atitudes e comportamentos que interferem em seu engajamento – e outros no âmbito institucional, partindo do entendimento de que atitudes e comportamentos individuais são formados a partir das configurações institucionais às quais os sujeitos estão expostos. Contudo, o autor orienta que tais fatores sejam tomados como preditivos de evasão ou potencializadores de riscos de evasão, já que todo modelo estatístico utilizado para a identificação de possíveis fatores pode sugerir, mas não comprovar conexões causais.

Alinhado a esta reflexão, no plano estratégico aqui proposto, PEAPEE-IFSC, optou-se por utilizar o termo '*fatores intervenientes da evasão*', que traduz a relação entre as diversas dimensões capazes de contribuir com a evasão escolar, em detrimento do uso de 'causas da evasão', ou fatores univocamente associados a uma dimensão específica, seja do sujeito, da instituição, ou externa a ela.

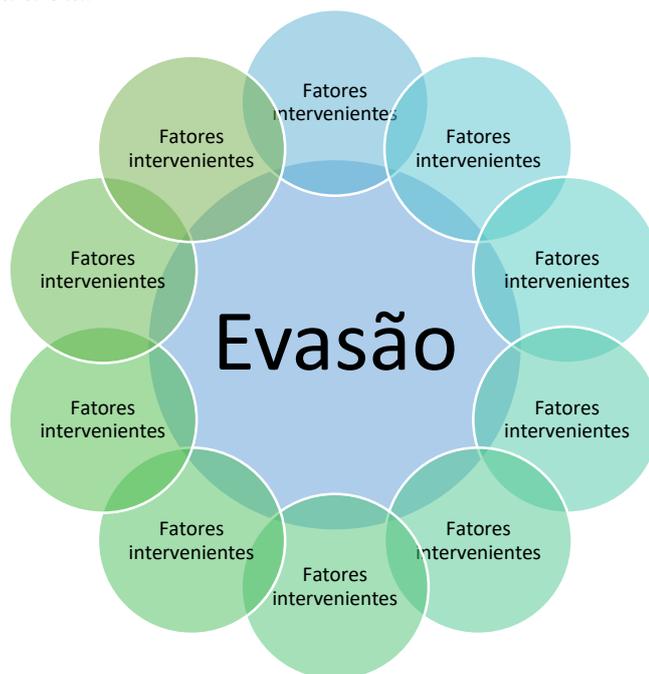


Figura 7 - Relação entre taxas de evasão e fatores intervenientes

Para que a instituição possa planejar ações e projetos capazes de reduzir o índice de evasão e retenção escolar, bem como recrudescer os índices de permanência e êxito dos estudantes, faz-se necessária uma investigação qualificada, envolvendo servidores e discentes. Portanto, é fundamental observar-se questões concernentes à realidade local e ao contexto e conjuntura de cada câmpus do IFSC.

A diversidade e a complexidade são próprias de uma instituição que conta com 22 câmpus, localizados em diferentes regiões do estado de Santa Catarina e com diferentes tipologias, modalidades e níveis de ensino. Assim, a realização de estudos e pesquisas para o diagnóstico local são essenciais para o planejamento de ações e projetos e a tomada de decisões sobre evasão, permanência e êxito em cada um dos câmpus.

Embora a literatura aponte dificuldades em definir a complexidade do processo de evasão escolar, devido à participação de diversos agentes, um caminho pode ser traçado, considerando-se que os mesmos fatores que contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes podem estar atrelados aos determinantes para a evasão. A análise do acesso, da permanência, do êxito e da evasão dos estudantes pelo mesmo viés proporciona um olhar dialético, possibilitando a verificação das realidades e suas divergências, contribuindo para a compreensão da totalidade do tema (FILHO, 2018).

7.1.2 *Indicadores*

Indicadores são ferramentas capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas; os indicadores educacionais, por exemplo, permitem conhecer não apenas o desempenho dos estudantes, mas também o contexto socioeconômico e as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem, no qual os resultados foram obtidos. Os indicadores são relevantes principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, contribuem para a criação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela instituição de ensino.

7.1.3 *Descrição dos indicadores quantitativos*

As produções estatísticas podem auxiliar a instituição na análise de seus processos escolares, construindo conhecimento a respeito de diversos aspectos e processos. Quando essas produções não são realizadas e não resultam em um indicador, as decisões acabam sendo tomadas por intuição ou por opinião pessoal, reduzindo as chances de acerto. Com o estabelecimento de indicadores, criam-se condições de acompanhar as consequências das escolhas que foram tomadas, o que auxilia na manutenção ou no redirecionamento de estratégias e ações, como aquelas relacionadas à permanência e ao êxito escolar. De acordo com Moraes *et al.* (2018, p. 6), eles, sem bem-organizados, “potencializa[m] as chances de sucesso na implementação de políticas públicas, diminuindo o peso das decisões discricionárias em detrimento de diagnósticos sociais mais bem respaldados tecnicamente e comprometidos com o bom uso do recurso público”.

O PDI do IFSC apresenta os objetivos estratégicos institucionais elaborados a partir da análise estratégica de fatores ambientais, dos elementos institucionais, da avaliação dos objetivos estratégicos do período 2015-2019, das perspectivas estratégicas (dos alunos e da sociedade; dos processos internos; das pessoas e do conhecimento) e na cadeia de valor do IFSC. Para cada objetivo estratégico são relacionados, ao menos, um indicador e uma meta a serem utilizados como referência para avaliação do desempenho institucional. Os indicadores

estratégicos e metas para 2024 são apresentados em quadros e possuem suas descrições no formato de fichas padronizadas, apresentadas em apêndice nas páginas 128 e 129 do PDI¹². Alguns desses indicadores podem ser acessados na Plataforma Nilo Peçanha¹³ (PNP), a qual divulga levantamentos estatísticos que permitem a análise da taxa de evasão escolar e do cumprimento dos objetivos e finalidades legalmente previstos para a Rede Federal.

O conjunto de indicadores elaborados para a Plataforma Nilo Peçanha objetiva oferecer à sociedade um conjunto de informações que permita conhecer as atividades realizadas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O conhecimento avaliativo, sintetizado na forma de indicadores numéricos, constitui-se em valioso insumo para a pesquisa educacional sobre a Rede Federal, além de subsidiar os processos de tomada de decisão, aproximando cada unidade acadêmica, Instituição e a Rede Federal, como um todo, das finalidades e dos objetivos consagrados na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008). (PNP, 2020, p. 21).

Cabe observar que os indicadores da PNP analisam os dados referentes à situação de matrícula dos alunos no ano anterior (ano de referência) ao ano de publicação. Desse modo, as informações publicadas não representam a situação dos estudantes no momento em que o indicador é publicado – assim como as informações censitárias. Portanto, ainda que os indicadores da PNP passem por um rigoroso processo de coleta, validação, capacitação e disseminação de dados, eles possuem essa particularidade que deve ser levada em conta pelas Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CAPEs Locais) na proposição de ações e projetos.

Segundo Scucuglia (2014), um sistema de indicadores precisa revelar tudo aquilo que precisa ser visto (indicadores de gestão), e não apenas aquilo que se quer ver (indicadores de desempenho). E, para que os indicadores possam auxiliar na tomada de decisões gerenciais, faz-se necessário que a coleta de dados para análise seja realizada em períodos estratégicos do calendário acadêmico, e que a publicação dos indicadores seja célere, resultado de uma rotina de processo. Para tanto, no PEAPEE-IFSC, utilizam-se os bancos de dados à disposição, como SISTEC e SIGAA para o cálculo de indicadores.

Uma qualidade dos indicadores a ser destacada é a estabilidade, ou seja, a garantia de formação de uma série histórica – temporal e espacial – para que todos eles possam ser corretamente calculados e interpretados ao longo do tempo. Por isso, para cada um dos indicadores deste plano foi elaborada uma ficha técnica, que apresenta seus objetivos, além de

¹²Indicadores e metas estratégicas, disponível em: file:///C:/Users/sandrag/Downloads/PDI_IFSC_2020_2024_v3.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

¹³A Plataforma Nilo Peçanha pode ser acessada no seguinte link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

identificar o modelo matemático empregado em seu cálculo, a descrição e os registros considerados na elaboração de cada cálculo¹⁴.

Além da ficha técnica de cada indicador, foi elaborado um glossário¹⁵, de modo a definir os termos e conceitos utilizados na nomenclatura dos indicadores, posto que eles devem estar adequados às bases de onde os dados foram extraídos. Isso é imprescindível devido às divergências teóricas e conceituais em relação a termos como ‘evasão’ e ‘abandono’. Contudo, para o cálculo dos indicadores, exige-se uma definição objetiva – o que não impede, de modo algum, que estudos e análises posteriores possam segmentar e especificar, entre os dados apresentados, outras especificidades conceituais, históricas ou contextuais. Para isso, os indicadores foram elaborados a partir das bases de dados do SIGAA, SISTEC e outras fontes de dados institucionais. Em relação aos indicadores disponíveis na PNP, a série histórica estará disponível nos relatórios e edições anuais da ferramenta. A plataforma e os indicadores devem ser amplamente divulgados à comunidade acadêmica após o lançamento de cada nova edição.

Para o PEAPEE-IFSC, foram estabelecidos os seguintes indicadores:

7.1.3.1 Indicadores Institucionais

<p>•Relação da equipe pedagógica e assistência ao discente por matrícula:</p> <ul style="list-style-type: none">• verifica a relação entre a quantidade de estudantes matriculados no câmpus por servidor técnico lotado nas coordenadorias pedagógicas e de acompanhamento ao discente.
<p>•Relação de Inscritos por Vagas (RIV/PNP):</p> <ul style="list-style-type: none">• mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas.
<p>•Relação de inscritos e matriculados:</p> <ul style="list-style-type: none">• analisa a quantidade de estudantes inscritos nos processos seletivos em relação ao número de matrículas efetivadas

Quadro 1 - Indicadores Institucionais

¹⁴ As fichas técnicas constam em documento técnico, à parte, que será disponibilizado para a Comissão Central e Comissões Locais.

¹⁵ O glossário consta em documento técnico, à parte, que será disponibilizado para a Comissão Central e Comissões Locais.

7.1.3.2 Indicadores Acadêmicos

•Índice de Eficiência Acadêmica (IEA/PNP):

- mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso;

•Taxa de Evasão anual (EV):

- mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

•Taxa de Evasão (TEv):

- expressa o percentual de estudantes que perderam o vínculo com a instituição em determinado semestre letivo, com exceção dos formados.

•Evasão Ciclo (EvCiclo/PNP):

- mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente;

•Taxa de Reprovação (TRe):

- expressa o percentual de estudantes que reprovaram em, pelo menos, três componentes curriculares em determinado semestre letivo.

•Taxa de reprovação por infrequência por modalidade de ensino:

- afere o percentual de estudantes reprovados por excesso de ausências em sala de aula por modalidade de ensino.

•Retenção Ciclo - RCiclo:

- mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

•Taxa de tempo para integralização por curso:

- percentual entre o tempo mínimo indicado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e tempo efetivo destinado pelo estudante para a integralização do curso.

•Taxa de Alunos Ativos e Não Matriculados em Turmas (TANM):

- representa o percentual de estudantes que aparecem com o status CURSANDO no SIGAA, mas não possuem matrícula em nenhuma turma. Com exceção do período de transição entre semestres letivos, quando ocorre a efetivação das matrículas, esta taxa se relaciona com o risco de evasão.

Quadro 2 - Indicadores Acadêmicos

7.1.3.3 Indicadores Sociais

<p>•Taxa de Distorção idade-ano (técnicos integrados) e gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de estudantes com idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados, considerando o gênero.
<p>•Taxa de ocupação das vagas reservadas às cotas (geral e específica):</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de vagas reservadas às cotas ocupadas em relação ao número de vagas ofertadas nessa modalidade, considerando as diferentes categorias.
<p>•Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam bolsa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam bolsa de pesquisa e/ou extensão durante o período.
<p>•Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam auxílio da assistência estudantil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam auxílio da assistência estudantil durante o período.
<p>•Taxa de ocupação de vaga por gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de ocupação de vaga considerando o gênero indicado pelo estudante.
<p>•Taxa de estudantes matriculados com uso do nome social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de estudantes que indicaram o uso de nome social no SIGAA.
<p>•Renda média familiar dos estudantes ingressantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • expressa o percentual de renda média dos estudantes ingressantes nas diferentes modalidades de ensino no IFSC.
<p>•Escolaridade dos pais ou responsáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • percentual de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes com matrícula ativa e <i>status</i> cursando no SIGAA.
<p>•Configuração familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • expressa o percentual da configuração familiar dos estudantes com matrícula ativa e <i>status</i> cursando no SIGAA, considerando os diferentes tipos (nuclear, extensa e monoparental).

Quadro 3 - Indicadores Sociais

A extração dos dados para composição da série histórica dos indicadores deve acontecer na última quarta-feira dos meses de maio e novembro. Estas datas devem constar no calendário acadêmico unificado aprovado pelas instâncias superiores do IFSC, demarcando um momento para ampla divulgação à comunidade acadêmica, em todas as instâncias. Em situações nas quais o calendário seja impactado por contextos atípicos, a data de extração deve acontecer com, pelo menos, 50% do semestre letivo cumprido.

Vale frisar que os indicadores escolhidos não encerram em si o debate sobre evasão, permanência e êxito escolar, pois, conforme mencionado anteriormente, trata-se de fenômeno complexo e dinâmico. Assim, novos indicadores poderão ser incluídos aos supracitados, buscando a melhor compreensão da conjuntura e indicando pontos sensíveis para a organização de ações.

No entanto, aqueles que forem adicionados devem ser devidamente descritos e incorporados à rotina de processamento pela gestão acadêmica do IFSC.

Para que os indicadores propostos no PEAPEE-IFSC sejam efetivos e eficazes deve-se atentar: à necessidade de produção de séries históricas, que permitam a comparabilidade; à regularidade da produção “visando à formação de séries temporais e permitindo visualizar as tendências dos dados” (MINAYO, 2009, p. 84); à pactuação por quem utiliza e quem pretende elaborar estudos comparativos; e à publicização dos dados, para que fiquem acessíveis a quem interessar.

Observando as condições destacadas anteriormente e, considerando a complexidade do tema, indicadores qualitativos são fundamentais, haja vista a necessidade de dados que atentem igualmente às questões subjetivas.

7.1.4 Indicadores Qualitativos

Os indicadores qualitativos aqui apresentados referem-se à produção mediante estratégias qualitativas, que remetem aos sentimentos, voz, pensamentos e práticas dos atores que compõem o universo de estudo (MINAYO, 2009). Portanto, não aludem a dados quantificáveis, mas àqueles capazes de captar em profundidade as expressões da questão social emanadas no ambiente escolar. Os indicadores qualitativos são capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas, permitindo conhecer os fatores e contextos (social, emocional, político, econômico, psicológico, entre outros) que impactam a realidade escolar. Estes indicadores são elaborados em uma lógica distinta dos indicadores de desempenho de larga escala, diferentes também da lógica da performatividade tanto individualizante quanto totalizante.

Cabe destacar que, embora este plano estratégico esteja vinculado à situação institucional, ele pretende atender aos 22 câmpus do IFSC, nos quais as realidades são distintas. Por isso, no momento de elaborar os indicadores qualitativos, é preciso levar em conta as características locais, de modo a resguardar as condições de coerência e necessidade específica de cada câmpus. Ademais, os indicadores qualitativos visam à compreensão da conjuntura local e, por conseguinte, da conjuntura institucional, a partir de elementos que demandam uma análise holística e relacional do acesso, permanência, êxito e evasão no IFSC.

Sublinhada a importância do âmbito local, para a elaboração de indicadores qualitativos, é necessário o emprego de estratégias de produção e coleta de informações, na perspectiva de fatores intervenientes, tais como a promoção de Círculos de Cultura, Grupos Focais, Rodas de Conversa, entre outras metodologias. Além disso, é importante considerar a participação tanto do coletivo discente quanto do quadro de servidores (técnicos e docentes), pois, assim, permite-se a análise multidimensional de um mesmo fenômeno.

A análise dos dados coletados a partir dessas, ou outras estratégias, têm igual importância. Nessa etapa, pode-se lançar mão de diferentes metodologias qualitativas, como por exemplo, a dialética, a análise de conteúdo, a análise de discurso, entre outras.

Para o período 2023-2024, sugere-se como eixo temático para a produção de indicadores qualitativos o “Mundo pós-pandemia e as condições para o acesso, a permanência e êxito escolar”.

Nesse escopo, poderão ser evidenciadas situações que revelem fatores intervenientes, possibilitando o desenvolvimento de ações mais efetivas e vinculadas às demandas locais/institucionais. Quanto aos eixos temáticos para os próximos anos de abrangência deste PEAPEE-IFSC, sugere-se que sejam definidos anualmente, durante o encontro das CAPEs locais.

7.2 Organização das Comissões de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE)

O PEAPEE-IFSC deve integrar-se aos processos de autoavaliação e planejamento da instituição, articulando-se com seus documentos de referência, como o PDI e os relatórios anuais de gestão. Essa articulação pretende que todos os servidores se sintam corresponsáveis pelo planejamento, implementação e avaliação das ações de acesso, permanência e êxito na instituição. Contudo, neste documento, indica-se que a CAPE Central e as CAPEs locais se configurem como equipes mais diretamente ligadas à proposição, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos e das ações.

A partir da elaboração do PEAPEE-IFSC, entende-se necessário que esse planejamento seja transformado num **programa sistêmico e permanente**. Propõe-se, portanto, que sejam identificadas as singularidades de cada câmpus e implementadas as ações a partir da realidade local.

Considerando que a garantia do direito de acesso, permanência e êxito do estudante deve ser responsabilidade de todos os setores da instituição, e, portanto, de toda a comunidade acadêmica, não cabe exclusivamente às CAPEs locais a implementação de projetos e ações em prol deles, posto que os dados, informações e mediações realizadas por elas tem também por objetivo auxiliar os gestores e colegiados quanto à escolha de estratégias e ordenamento de prioridades.

Para a composição da CAPE Central e das CAPEs locais devem ser levadas em conta as seguintes características de perfil dos servidores e discentes:

- ▶ Que tenham afinidade com o tema;

- ▶ Que tenham condições de mobilizar coletivos para debates, reflexões, ações e projetos;
- ▶ Que estejam articulados à gestão, ou que exerçam liderança.

A partir do perfil indicado, abaixo são apresentadas as atribuições e a composição das comissões, bem como a metodologia de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações nos câmpus e nos setores da Reitoria.

7.2.1 Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito

A fim de coordenar a execução do PEAPEE-IFSC, será instituída uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes no âmbito da Reitoria (CAPE Central), de caráter sistêmico e permanente, e com a seguinte composição:

- ▶ Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (Coordenador da Comissão Central);
- ▶ 1 membro de cada uma das diretorias (04) vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);
- ▶ 1 membro da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX);
- ▶ 1 membro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI);
- ▶ 1 membro da Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- ▶ 1 membro da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- ▶ 5 representantes de câmpus, sendo 1 por região de abrangência do IFSC;
- ▶ 5 representantes discentes (sendo, no mínimo, 1 de graduação, 1 de curso técnico e 1 de PROEJA).

7.2.1.1 Atribuições da CAPE Central

Caberá à Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

- a) Definir a metodologia para realização da implantação do plano;
- b) Coordenar a implantação, acompanhamento e monitoramento, avaliação e atualização do PEAPEE-IFSC;
- c) Organizar os indicadores que se referem a acesso, permanência e êxito, e enfrentamento à evasão escolar no IFSC, junto à PROEN e à PRODIN;
- d) Divulgar os indicadores nos câmpus, contribuindo com as ações das comissões locais;
- e) Propor formações continuadas sobre a temática;
- f) Orientar e articular com os câmpus a implementação das ações e projetos;
- g) Indicar ações institucionais estratégicas em articulação com os diversos setores da Reitoria que possibilitem a execução em todos os câmpus;
- h) Divulgar as ações institucionais e seus resultados;

- i) Articular e organizar encontros das comissões locais, pelo menos uma vez ao ano;
- j) Promover a socialização de informações e resultados.

7.2.2 Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito

Para que o PEAPEE-IFSC atinja seus objetivos, deverá ser instituída em cada um dos câmpus do IFSC uma comissão dedicada a diagnosticar e compreender a realidade local em suas múltiplas perspectivas, tendo em vista a organização institucional, os tipos de curso ofertados, o público atendido e o arranjo produtivo local.

Cada câmpus do IFSC constituirá uma Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE Local), que será designada pela Direção-Geral do câmpus. É necessário que esta comissão tenha uma composição mínima, composta por:

- ▶ Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) - Coordenador da CAPE Local
- ▶ 8 servidores, sendo 4 docentes e 4 técnicos administrativos;
- ▶ 1 discente para cada tipo de curso e tipo de oferta do câmpus, desde que a oferta seja regular.

Em cada nova constituição, recomenda-se que seja realizada uma ampla chamada a servidores e estudantes do câmpus, a fim de contar com a colaboração também daqueles que são sensíveis às atividades que serão desempenhadas pela comissão.

7.2.2.1 Atribuições da CAPE Local

Caberá a cada Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

- a) Auxiliar a Comissão Central na elaboração de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
- b) Contribuir com a aplicação de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
- c) Analisar os dados coletados junto a estudantes e servidores, sejam eles coletados pelas CAPES ou por outras comissões constituídas institucionalmente;
- d) Dialogar com a Comissão Central sobre a política de acesso, permanência e êxito da instituição;
- e) Definir e implementar ações, com o suporte da Comissão Central, para melhorar os indicadores;

- f) Acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas verificando a necessidade de ajustes;
- g) Elaborar e apresentar relatórios sobre as atividades e os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados;
- h) Divulgar, no âmbito do câmpus, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos;
- i) Dialogar com as demais CAPEs locais e Central sobre as atividades desenvolvidas e seus resultados;
- j) Participar dos encontros das CAPEs locais promovidos pela CAPE Central.

7.2.3 Planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações

Estas etapas são fundamentais para subsidiar as CAPEs locais e a CAPE Central com informações acerca do PEAPÉE-IFSC e das ações a este vinculadas, considerando a simultaneidade de atividades e a necessidade de realização do planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação durante o período de vigência deste plano.

A gestão do PEAPÉE-IFSC requer que estas etapas estejam alinhadas aos objetivos e metas. Assim, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação devem ser desenvolvidos em concomitância à execução das ações e também ao término destas.

A etapa de **planejamento** é fundamental para organização dos trabalhos propostos pelos câmpus e Reitoria. Para tanto, propõe-se as seguintes fases:

Planejamento para implementação do PEAPEE-IFSC	
Fase	Responsabilidade
Mobilização para a constituição da CAPE Central e Locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Disponibilização do PEAPEE-IFSC para consulta nos coletivos do IFSC	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Aprovação da minuta do PEAPEE-IFSC no CEPE, e depois CONSUP (Resolução)	PROEN
Portaria de constituição da CAPE Central e locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Reuniões regionalizadas para divulgação e debate do PEAPEE-IFSC	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Estudo (diagnóstico) e debate do PEAPEE-IFSC pelos integrantes da CAPES Central e Locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Elaboração e organização da metodologia para constituição dos projetos e ações locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito, CAPES Central e DEIA
Formulação de ações e ou projetos de forma coletiva nos câmpus	CAPES locais e CAPES Central
Organização de cronograma para execução de projetos e ações	CAPES locais e CAPES Central
Organização de cronograma de acompanhamento e monitoramento	CAPES locais e CAPES Central
Divulgação das ações e ou projetos	CAPES locais e CAPES Central
Avaliação	CAPES locais e CAPES Central

Quadro 4 - Fases de planejamento dos trabalhos do PEAPEE-IFSC

O **acompanhamento** está associado com a relação dialógica dos processos inerentes aos projetos e ações em andamento, ou seja, o acompanhamento se dá ao longo do processo, buscando entender suas vicissitudes e idiosincrasias, ponderando e mediando o andamento dos trabalhos.

Com relação ao **monitoramento**, ocupa-se da identificação das potencialidades, dificuldades e possibilidades de ajuste das ações, durante sua execução. Trata-se de um processo contínuo que observa a efetividade das ações ante às metas e aos objetivos estabelecidos.

A **avaliação** volta-se à análise, em profundidade, do resultado das ações finalizadas ou não. Nesta etapa do trabalho, as ações e projetos são submetidos a criteriosos processos de análise sobre os resultados alcançados. Portanto, esta é uma das etapas finais, a qual lança as bases para futuras ações.

Destaca-se que os critérios de análise e as avaliações comporão os relatórios de forma descritiva, quantitativa e qualitativa, de acordo com um modelo que será elaborado e disponibilizado pela CAPE Central.



Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPEE-IFSC				
Fases do processo de implementação	Objetivo	Metodologia	Responsável	Período
Preliminar	Mediar a implantação da CAPE Local em cada um dos câmpus do IFSC	Reuniões	CAPE Central CSIPE	Mensais
Preliminar	Elaboração de diagnóstico do IFSC e de cada um dos câmpus	Produção de textos e relatórios Produção de evidências (fotos, post, material gráfico, dados quant./qual.)	CAPE Central CAPE Local CSIPE	Quinzenal até a definição de ações e ou projetos de ação Depois do PEAPEE-IFSC entrar em vigência, o diagnóstico será anual
Implementação	Mobilizar a comunidade acadêmica nos câmpus e elaborar/definir ações e ou projetos	Reuniões de debate e mobilização	CAPE Central CAPE Local CSIPE	Depois que a minuta do PEAPEE-IFSC for aprovada no CONSUP
Implementação	Elaboração de propostas de ações e ou projetos	Estudos Reuniões Formação	CAPE Central CAPE Local CSIPE	Depois de implementado o PEAPEE-IFSC deverá ser organizada anualmente
Implementação	Elaboração de instrumentos e metodologia para coleta de dados e informações	Estudos Reuniões Formação	CAPE Central CAPE Local CSIPE	Junho a agosto Depois de implementado o PEAPEE-IFSC, deverá ser validada anualmente
Acompanhamento	Acompanhamento da implementação das ações e projetos	Reuniões com a comunidade acadêmica (docentes, TAEs, estudantes) - roda de conversa, grupo focal, rodas de cultura Levantamento de contextos que possam impactar nas atividades planejadas Organização de relatórios qualitativos	CAPE Central CAPE Local	Anual



Monitoramento	Monitoramento da implementação das ações e projetos	Reunião com CAPE Local e Central Levantamento de dados e informações acadêmicas, bem como institucionais Organização de relatórios quantitativos	CAPE Central CAPE Local	Semestral
Avaliação	Avaliação de ações e ou projetos	Verificação dos avanços e desafios Organização de orientações e ajustes	CAPE Central CAPE Local	Semestral
Sínteses e Relatórios	Elaboração de relatórios	Divulgação dos trabalhos realizados, apontando os avanços e desafios	CAPE Central CAPE Local	Semestral ou anual
Socialização/divulgação	Encontro das CAPES para socialização das experiências		CAPE Central CAPE Local CSIPE DEIA	Semestral ou anual

Quadro 5 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPEE-IFSC

8 PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS

Esta seção do PEAPEE-IFSC tem por objetivo subsidiar a elaboração de ações e/ou projetos, a partir de premissas relacionadas à diversidade dos públicos atendidos pela instituição, suas distintas fases de interação e modalidades de ensino.

8.1 Modalidades de Ensino

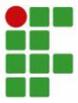
Um dos grandes desafios dos institutos federais é a sua diversidade de modalidades das ofertas formativas – questão que impacta diretamente no planejamento, na implementação de ações e projetos relativos a acesso, permanência e êxito. Para além das especificidades de cada território, de cada público, de cada câmpus, as características de cada curso e sua forma de oferta devem ser consideradas na execução do PEAPEE-IFSC. Levando-se em conta que é premente ter cautela com relação às generalizações e padronizações de atividades propostas, este plano vai trabalhar na perspectiva do diagnóstico local e institucional, operando de forma participativa na proposição, acompanhamento e monitoramento dos trabalhos.

8.2 Articulação com outros movimentos e documentos institucionais

Como já mencionado, o PEAPEE-IFSC está intimamente relacionado com outros documentos institucionais, como, por exemplo, o PDI, o RDP e o Documento Orientador da Educação de Jovens e Adultos, e articulado com outros movimentos que resultaram em normativas ou políticas. Neste contexto, cabe destacar que está em curso no IFSC a atualização da Política de Assistência Estudantil, a revisão do Regulamento de Ingresso e a atualização do PDI. Estes movimentos podem ser impactados e impactam o PEAPEE-IFSC. Portanto, é fundamental o trabalho articulado entre os distintos coletivos e fóruns institucionalizados, a fim de fortalecer o trabalho e mitigar desafios próprios da temática da evasão, da retenção e da reprovação escolar.

8.3 Públicos e grupos minorizados

O planejamento de ações e projetos na perspectiva da garantia de acesso, da prevenção à evasão, da permanência e do êxito escolar devem considerar os diferentes públicos atendidos pelo IFSC. Vale lembrar que os trabalhos organizados a partir de uma contextualização de territórios e dos sujeitos reais propicia resultados mais efetivos. Logo, é imprescindível



considerar as especificidades, as vulnerabilidades e as demandas de grupos minoritários. Dentre estes grupos, destacam-se:



Figura 8 - Grupos minorizados¹⁶

Entende-se que, para a garantia do aprendizado, é necessário ter em vista os movimentos societários, forjados no âmago do sistema capitalista neoliberal, o qual agudiza as desigualdades sociais. Portanto, estratégias de atendimento diferenciado perpassam desde ações de assistência estudantil à organização e desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem coerentes com a realidade do público atendido em cada oferta de ensino e período de ingresso. No planejamento, é indispensável considerar que esses públicos podem estar atravessados por várias especificidades e diferentes singularidades.

Assim, vislumbra-se a identificação e operacionalização dos fatores intervenientes, difíceis de serem mapeados e compreendidos, em suas inter-relações com o fenômeno da evasão

¹⁶ O grupo LGBTQIAPN+ é formado por lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais.

escolar. Estes coletivos devem ser mapeados para ações de acolhimento e atendimentos específicos, para além da participação em cotas no ingresso e no recebimento de auxílios financeiros da assistência estudantil. Tanto as cotas quanto os auxílios financeiros, por si, não garantem a permanência e o êxito do estudante.

Por se tratar de instituição de ensino pública, voltada à formação profissional técnica e tecnológica, há que se considerar o acesso, a permanência e o êxito dos diferentes públicos atendidos, dentre esses o **trabalhador-estudante**. Em uma sociedade díspar, as condições para acesso à educação por este público diferem daquelas obtidas por estudantes que podem ter dedicação exclusiva aos estudos. O desafio de trabalhar e estudar ao mesmo tempo coloca-se de modo imperioso na vida do trabalhador-estudante. De outro lado, para os servidores que atuam na educação – especialmente os docentes – o reconhecimento do perfil dos estudantes em sala de aula e as principais características das turmas é essencial para o êxito escolar. Nesse sentido, as estratégias para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem devem levar em conta tais informações e buscar ações que propiciem a educação equitativa.

No concernente à **Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica** (EJA-EPT), há igualmente preocupação quanto aos atendimentos e processos de ensino-aprendizagem. Direcionada ao público que não teve acesso e/ou não concluiu a educação básica na idade própria, essa modalidade de ensino prevê a valorização das experiências extraclasse, da história de vida dos estudantes e das relações de trabalho, sociais, culturais, entre outras, como fonte de conhecimento. Logo, trata-se de público prioritário, que, observada sua especificidade e condições para o processo de ensino-aprendizagem, requer atenção diferenciada.

8.4 Atendimentos e ações que vão do acesso ao egresso: público-alvo, candidato, ingressante, calouro, discente e egresso

As atividades, ações ou projetos de atendimento aos sujeitos estão associadas às várias etapas e formas de interação com eles.

É importante que cada câmpus organize ações e ou projetos diferenciados para atender à demanda de cada um de seus cursos e identifique quais ações estão associadas ao PEAPEE-IFSC.

8.4.1 Fases de atendimento

É necessário planejar e organizar atendimentos para os seguintes momentos de relação dos sujeitos com o IFSC:



Públicos estratégicos

- Como, quando e quem vai realizar a divulgação do curso, as campanhas de divulgação, ou fazer a busca ativa para o processo seletivo de ingresso?

Candidatos

- Como, quando e quem vai realizar o contato com os candidatos inscritos no processo seletivo?

Ingressantes

- Como, quando e quem vai realizar o contato com os aprovados no processo seletivo? Quem vai participar, em que período e como da campanha de matrícula no câmpus?

Calouros

- Como, quando e quem vai realizar a recepção dos novos estudantes no início das aulas? Destaca-se que esta recepção deve ser planejada e organizada em momentos bem distintos, nas seguintes perspectivas:
 - (1) Uma etapa de informações acadêmicas, burocráticas e de disponibilidade de auxílios estudantis;
 - (2) Uma etapa relacionada à organização didático-metodológica do curso e apoio pedagógico (Ex.: apresentação dos projetos em andamento no curso, atendimento extraclasse, atendimento paralelo, participação no movimento estudantil, possibilidades de intercâmbio nacional e internacional);
 - (3) Uma etapa mais interpessoal, na perspectiva de acolhimento do recém-chegado (Ex.: jogos, festas, cine-debate, entrevista de acolhimento).

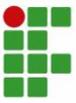
Discente

- Como, quando e quais serão os canais de atendimento deste estudante durante seu percurso acadêmico institucional (e-mail, telefones, salas, sistema)? Qual o protocolo deste atendimento?

Egressos

- Como, quando e quais serão os canais de atendimento aos egressos, levando em conta o possível retorno destes sujeitos a outras ofertas de cursos no IFSC?

Quadro 6 - Fases de atendimento ao público-alvo



8.5 Atividades junto aos discentes

O acompanhamento do discente está diretamente relacionado ao planejamento e execução de ações, atividades, projetos e programas destinados à garantia de condições para o desenvolvimento pleno da sua vida acadêmica. Nesta perspectiva, o acompanhamento pode ser realizado de forma articulada por distintos setores nos câmpus e Reitoria.

O acompanhamento deve levar em conta ações destinadas à **inclusão, prevenção da evasão escolar e resgate dos evadidos**.

O monitoramento de dados, indicadores acadêmicos e situações de risco (toda e qualquer situação que ameace a permanência do discente no curso, e/ou o pleno desenvolvimento de seu potencial acadêmico) devem balizar seu acompanhamento pedagógico, psicossocial e econômico. É muito importante elencar que tipos de acompanhamento serão realizados para além dos dispositivos de acompanhamento pedagógico já organizados institucionalmente, tais como, conselho de classe, atendimento paralelo, ou outros, e quem os fará.

Assim, a descrição de acompanhamento dos discentes, que deve ser contemplada na proposta de ações e/ou projetos do câmpus para o PEAPEE-IFSC, **visa apresentar acompanhamentos diferenciados, ou seja, planejados e executados em função das especificidades do curso, dos discentes** (como por exemplo o público-alvo EJA, Educação Especial, imigrantes, privados de liberdade), **do corpo docente e dos coletivos/setores do câmpus**.

8.6 Macroações em andamento no IFSC

A efetivação do PEAPEE-IFSC deve considerar e trabalhar de forma articulada com outras macroações já em andamento na PROEN – tanto no que concerne às novas estruturas no organograma quanto nos processos em andamento – que são:

- ▶ Implementação da Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSIPE/DEIA/PROEN).
- ▶ Regulamentação e implementação dos Projetos de Ensino (DIREN - Laboratório de Ensino e Aprendizagem)
- ▶ Constituição do Laboratório de Ensino e Aprendizagem (CERFEaD)
- ▶ Organização de formações para as Semanas Pedagógicas dos câmpus a partir de temas centrais (Departamento de Formação e Práticas Educativas/CERFEaD)
- ▶ Atividades vinculadas à assistência estudantil (DAE)

- ▶ Constituição do Observatório de Permanência e Êxito Escolar (PROEN)
- ▶ Criação e implementação do Fórum de Ingresso (DEING/DAE)
- ▶ Elaboração do Projeto de Acompanhamento da Frequência Escolar do Estudante na Perspectiva da Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (DEIA/DIREN/DSI/DIRCON/DAE), disponibilizado no anexo 03.
- ▶ Campanha de regularização dos estudantes a partir de emissão de portarias de cancelamento das matrículas ativas no sistema, mas sem vínculo em nenhuma turma (DEIA/DIREN/Chefe DEPE dos câmpus).
- ▶ Planos de ação desenvolvidos pela Comissão de Implementação da Política de EJA - CPEJA (DEJAETI/DIREN).
- ▶ Campanha de valorização da inclusão, pela vida e pelo restabelecimento da memória.

8.7 Possibilidades de ações em rede nos territórios

A prevenção à evasão e retenção escolar e a promoção à garantia de acesso, permanência e êxito escolar precisam de ações integradas, de modo organizado. Neste cenário, é premente o conhecimento acerca das políticas públicas e sociais vigentes, de maneira a orientar a comunidade acadêmica sobre os direitos sociais e o sistema de serviços para acesso a eles.

Diante disto, é fundamental a identificação dos serviços públicos e o estabelecimento de contatos mais próximos com uma rede de serviços socioassistenciais para a construção de um sistema de referência organizado, a partir do qual os servidores dos câmpus do IFSC possam encaminhar os estudantes para atendimento.

Atentando-se para o reconhecimento do acesso, da permanência, do êxito e da evasão como resultantes de processos complexos – atravessados por fatores intervenientes – uma parcela expressiva das demandas verificadas serão também alvo de outras políticas públicas. Portanto, o trabalho articulado em rede com os serviços socioassistenciais possibilitará ações mais efetivas nos territórios. Nesta lógica, o estabelecimento de parcerias nos municípios onde estão os câmpus, oportuniza a realização de outras ações que podem impactar positivamente os resultados deste plano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília: MEC. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130235>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- ALMEIDA, Marcilene. D. B. de. **Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes**. 2019. 225 f.. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil. 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9380>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio N. N. da (org.). **Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. E-book. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.
- BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. da S. A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO. *Revista Profissão Docente*, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 70-94, 2011. DOI: 10.31496/rpd.v9i19.229. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. (2a ed.), Rio de Janeiro: Vozes. 2008.
- BRUNO, E.; ABREU, L. O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar. In: ALMEIDA, L.; PLACCO, V. (orgs). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.
- CARVALHAES, Flávio; RIBEIRO, Carlos. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil – desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, 2019, pp. 195-233.
- CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida. *Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE)*, v. 10, n. 2, 2017, pp. 209-29.
- COSTA, Andréa; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2020, v. 39, n. 2, pp. 281-306, 2020.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *RBPG*, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dez. 2011a.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**/Gustavo Henrique Moraes [et.al]. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2020. E-book. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- GUIMARÃES, Sandra L. **A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um curso superior de tecnologia**. 2012.

142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2009.

MACHADO, Sílvio Nei da S.; FRITSCH, Rosangela; PASINATO, Darciel. Abandono escolar no contexto da pandemia. **Revista Labor**, [S.L.], v. 2, n. 26, p. 220-241, 31 dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72016/218084>. Acesso em: 14 jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.29148/labor.v2i26.72016>.

MENDES, Máira Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil. **Revista de Estudos Universitários - Reu**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 385-407, 17 dez. 2020. Pós-Graduação em Comunicação e Cultura - PPGCC. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/4040>. Acesso em: 11 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**.33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mVLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

MORAES, Gustavo Henrique et al. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018. E-book.

MORAES, Patrícia M. **A permanência dos estudantes nos Institutos Federais de Educação: um estudo sobre as condições de vida e as condições institucionais**. 2021. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PELLISSARI, Lucas B. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTOS, Dyane B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Maria das Graças M. da; VELOSO, Tereza Christina M. A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB**, nº 30, jul./dez.2010.

SCUCUGLIA, Rafael. **A importância dos indicadores para a medição de resultados**. 2014. Disponível em: https://adm.fnq.org.br/artigo_rafael.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVA, M. das G. M. da.; VELOSO, T. C. M. A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos** - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB, (30).2013. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/156>. Acesso em: 15 mai. 2022.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão Escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908-937, 2016. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4009>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R., CORSETTI, B., Indicadores educacionais na avaliação da educação básica e possíveis impactos em escolas de Ensino Médio no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230065, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9CQfNj8PkWymXDwDtk9kJKd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 dez./2022.

ZANIN, Alexandra Joelma dal P. C. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do instituto federal de Santa Catarina**. 2019. 279 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/4665/1/CT_PPGTE_D_Zanin%2C_Alexandra_Joelma_Dal_Pizzol_Coelho_2019.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PEAPEE-IFSC

<i>Ação</i>	<i>Data início</i>	<i>Data Fim</i>	<i>Responsável</i>	<i>Local</i>
Mobilização reunião DEPE	22/03/2023	—	Sandra	Reitoria
Revisão PROEN da minuta	24/03/2023	03/04/2023	Sandra e Amanda	Reitoria
Reunião com PROEN (apresentação e discussão)	30/03/2023	—	Sandra e Amanda	Reitoria
Análise DEIA	10/04/2023	04/05/2023	Sandra, Amanda e Margarete	Reitoria
Revisão textual e diagramação	24/04/2023	17/05/2023	Margarete	Reitoria
Consulta pública - câmpus - Formulário link: https://forms.gle/1Gaw8RmCjBguVc8DA	18/05/2023	30/06/2023	Amanda	Encontros <i>on-line</i> com os Câmpus
Lançamento PEAPEE-IFSC Reitoria	18/05/2023	–	Sandra, Amanda e Adriano	Reitoria
Mobilização na reunião CEPE e CODIR	Data a ser definida	–	Amanda e Adriano	Reitoria
Revisão pós-consulta à comunidade acadêmica	01/07/2023	31/07/2023	Amanda e CAPE Central	Reitoria
Composição das CAPEs locais e da CAPE Central - Encontro presencial	10/08/2023	–	Sandra e Amanda	Reitoria
Apreciação do CEPE e CONSUP - Publicação da Resolução	Agosto/2023	–	Amanda e CAPE Central	Reitoria

APÊNDICE B - PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

Título:

PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DO ESTUDANTE NA PERSPECTIVA DA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

1. Instauração da demanda

Na reunião presencial dos Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), nos dias 29 e 30 de julho de 2022, na Reitoria em Florianópolis, a questão do acompanhamento de frequência no SIGAA foi ponto de pauta. Após apresentação da equipe da Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA) ocorreu intenso debate, depoimentos e manifestações de vários presentes com relação a importância de viabilizar esta atividade. Neste contexto, foi indicado a necessidade de elaboração de ações/projetos que pudessem mobilizar os docentes com relação à pertinência do tema. Assim, levando em conta este indicativo, a equipe DEIA, em articulação com os demais setores da PROEN formulou a proposta que segue.

2. Descrição do problema

O acompanhamento e registro da frequência escolar do estudante é uma atividade cotidiana na instituição de ensino, sendo parte integrante do contrato pedagógico, dentre outras tantas atribuições do exercício da docência. Contrato pedagógico aqui entendido como o conjunto de regras estabelecidas pela instituição de ensino, bem como pelo sistema de ensino, com o objetivo de mediar as relações pedagógicas e acadêmicas para uma determinada oferta de curso. O acompanhamento e registro da frequência escolar do estudante é regulamentada em legislação, contudo também é impactada por princípios didáticos e metodológicos e em certa medida por questões culturais institucionais.

Com relação a este tema observam-se professoras e professores que fazem a chamada nominal dos estudantes no início de todas as aulas, aproveitando para associar cada nome a um rosto e a uma voz. Outros preferem uma chamada nominal diária, mais rápida e objetiva. Mas, há professores que não fazem a chamada por acreditarem que é uma ação burocrática, ou antiquada, ou mesmo uma perda de tempo, levando em conta o conteúdo a ser abordado ao longo do curso. Outros docentes optam por colher assinaturas em listas de frequência que são posteriormente transferidas para o diário de classe semanalmente ou mensalmente. Existem ainda alguns docentes que defendem que ao fazer a chamada nominal em sala, cada vez que um estudante enuncia a palavra “presente”, ou “aqui”, eles (os estudantes) estão reafirmando um acordo de trabalho. Ou seja, para estes docentes, ao ser nomeado, o sujeito (o estudante) responde de forma afirmativa não apenas sua presença em sala, mas também sua disposição para estar ali, para aprender¹⁷.

No contexto tão diverso do IFSC, no tocante ao acompanhamento da frequência, possivelmente outras articulações ocorrem em sala de aula e têm uma justificativa. Contudo, é necessário destacar as dimensões que o acompanhamento da frequência apresenta:

¹⁷ Depoimentos de docentes do IFSC, registrados em reuniões de gestão, conselhos de classe e outras interações institucionais.

- A primeira diz respeito à necessidade do registro de frequência na perspectiva da prevenção à evasão escolar. Pois, quanto antes o discente faltante é identificado, mais cedo a instituição poderá organizar ações que favoreçam sua permanência no curso. Ação que impacta também no início do curso, quando há a possibilidade de chamada de candidatos classificados no processo seletivo, evitando desta forma vagas ociosas.
- A segunda dimensão relaciona-se com a questão da organização metodológica do registro de frequência, uma vez que a frequência compõe, juntamente com a nota, critério para aprovação ou reprovação.
- Como terceira dimensão destacamos que existe também a ordem legal que subjaz ao acompanhamento de frequência, posto que o Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC (RDP) trata do registro de frequência no seu Artigo 40º, entre outros, apontando a responsabilidade dos sujeitos (docente; coordenador de curso/pedagógico; e discente/responsáveis) no registro e acompanhamento; o diário de classe como documento de registro; bem como o comparecimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para o componente curricular. O referido artigo em seu § 1º determina que o diário de classe deve ser preenchido pelo professor **a cada aula, no sistema acadêmico**. Assim, o IFSC segue a base legal em cumprimento ao Artigo 24º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Com relação aos estudantes menores de 18 anos, o registro de frequência tem implicações legais mais amplas, uma vez que envolve não apenas a instituição de ensino, mas também a família do estudante.
- Como quarta dimensão cabe lembrar que o acompanhamento de frequência impacta na fidedignidade dos dados que são informados nos censos que a instituição responde. Estes censos trabalham com indicadores importantes para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e aportes de recursos financeiros.
- A quinta dimensão diz respeito a falta de registro diário da frequência dos estudantes no sistema acadêmico a qual têm impacto em várias das atividades dos registradores acadêmicos (RA), como no caso da declaração que deve ser feita no Censo da Educação Básica com relação ao estudante que estava matriculado e frequentando a aula na data de referência; a emissão de documentos/declarações; a conferência da situação do estudante para responder demandas dos coordenadores de curso e outros setores, dentre outras atividades.
- Como sexta dimensão está a implicação para continuidade do recebimento de auxílios de assistência estudantil, cuja uma das principais condicionalidades é a frequência nas unidades curriculares. Os auxílios podem ser cancelados, a depender do registro da frequência, que por sua vez têm impactos diretos na permanência ou evasão do estudante.
- Uma sétima dimensão é a segurança do professor/professora quando o estudante, porventura, se envolve em atos ilícitos e/ou violentos ou ainda acidentes, seja como promotor do ato seja como vítima. O controle de frequência é uma prova de que o estudante estava ou não em sala de aula, quando estas situações geram processos investigativos, o registro indevido gera falso testemunho por parte do professor/professora.

Apontamentos feitos, cabe destacar que, por força de lei, o estudante tem o direito de ter sua frequência registrada com regularidade, e a instituição de ensino, na figura do docente, tem a responsabilidade de seu registro.

Ao longo dos anos, temos acompanhado a dificuldade de vários coordenadores de curso e das coordenadorias pedagógicas em acompanhar a frequência dos estudantes em virtude da falta de um efetivo registro da presença diária ou o acompanhamento da ausência do estudante em sala de aula na referida unidade curricular cursada. Em alguns casos, ações paralelas de verificação da frequência foram implementadas em alguns cursos e câmpus, como no caso da

passagem em sala para conferência do número de estudantes, o que resultou, na maioria das vezes, em acúmulo de trabalho e transferência de responsabilidade para outros setores e servidores.

3. Bases Legais

O Diário de Classe do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é um dos instrumentos utilizados para o registro do processo de ensino-aprendizagem ocorrido em cada componente curricular, para o registro de frequência dos alunos (vide artigo 24, inciso VI da LDB 9394/96), das notas atribuídas nas diferentes avaliações e do conteúdo programado/desenvolvido durante o ano letivo. Por meio dele, é documentada a trajetória do trabalho cotidiano do docente e dos estudantes, sendo fundamental para que o trabalho executado tenha legalidade e, portanto, gere direitos. O Diário de Classe reflete o trabalho do docente e, por consequência, da instituição de ensino, e como documento oficial deve ter características de fidelidade, fidedignidade e clareza de dados preservados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou Lei nº 9.394/1996, detalha responsabilidades, e aponta encaminhamento, conforme exposto no seu Art. 12, incisos VII e VIII que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica [e] notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei [...] (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019).

E, em seu Art. 24, inciso VI, salienta que:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...] o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

O registro diário e adequado da frequência escolar remete-se ao direito à educação das crianças e dos adolescentes, haja visto o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, LEI 8.069 de 13 de julho de 1990). Além da possibilidade de violação de direitos, a evasão de estudantes menores de 18 anos tem implicações legais mais amplas e envolve o trabalho em parceria com a família, o conselho tutelar, e em situações extremas, o Ministério Público.

O Decreto nº 6.425, de 04/04/2008, da Presidência da República, estabelece que as instituições devem prestar informações para o censo da educação básica e o censo da educação superior para fins de elaboração de indicadores educacionais, como também atender ao previsto na LDB.

A Portaria nº 264, de 26/03/2007, do Ministério da Educação, institui o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica e “determina a última quarta-feira do mês de maio, de cada ano, como data de referência para as instituições informarem os dados educacionais ao Censo Escolar” (BRASIL, 2007).

Na Portaria nº 316, de 04/04/2007, do Ministério da Educação, no Art. 6º define que, para o censo, “serão considerados os estudantes matriculados e com frequência regular à escola no Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica” (BRASIL, 2007). Às instituições de Educação Profissional e Tecnológica, ofertantes de cursos de educação profissional técnica de

nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica, impõe-se a obrigatoriedade em responder anualmente o Censo Escolar da Educação Básica pela Portaria nº 197, de 07/03/ 2014, também do Ministério da Educação.

O Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC (RDP), no Artigo 17º define, orienta as informações que devem estar contidas, as responsabilidades, e as articulações pertinentes ao diário de classe com a Coordenação de Curso, como segue:

Art. 17. O diário de classe é um instrumento de registro das atividades de ensino e conterá: o número de aulas previstas, o número de aulas ministradas, o registro da frequência do aluno, o registro das avaliações, os recursos didáticos utilizados e os conteúdos desenvolvidos a cada encontro.

§ 1º O diário de classe deverá ser preenchido pelo professor a cada aula, no sistema acadêmico, ficando à disposição da Coordenação de Curso para consulta.

§ 2º Ao final do período letivo o professor deverá registrar no diário de classe as eventuais alterações deliberadas no conselho de classe.

Institucionalmente, com relação ao acompanhamento da frequência do estudante, em seu Regulamento Didático-Pedagógico (RDP), o IFSC estabelece em seu Art. 30, inciso 1º, que:

Compete à Coordenação de Curso ou Área em parceria com a Coordenação Pedagógica, acompanhar a frequência e informar à Direção-Geral do câmpus as matrículas que devem ser canceladas.

E, no que tange às responsabilidades do acompanhamento ou controle de frequência, o Artigo 40 determina o seguinte:

Art. 40. O controle da frequência às aulas será de responsabilidade do professor de cada componente curricular, devendo ser efetuado no sistema acadêmico sob a supervisão da Coordenação de Curso.

§ 1º Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada componente curricular, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) dessas atividades.

§ 2º Cabe ao aluno acompanhar a sua frequência às aulas.

§ 3º Cabe ao conselho de classe a deliberação sobre excesso de faltas, considerando os motivos devidamente documentados.

§ 4º A frequência do aluno no componente curricular será computada a partir da data de sua matrícula.

4. As implicações da falta de registro ou o registro inadequado da frequência do estudante

A ausência de registro diário da frequência dos estudantes por parte do docente traz diversas implicações negativas para a instituição de ensino e para os estudantes, tendo em vista que é o documento legal que documenta a vida acadêmica do estudante. Bem como, compõe o acervo de dados e informações do estudante, da turma, do curso e da instituição, e pode ser consultado e estudado.

A falta de registro diário da frequência dos estudantes no sistema acadêmico têm impacto em várias das atividades, tais como:

- possibilidade de ocupação total das vagas, em função de novas chamadas para os estudantes ingressantes
- comprovação de que o aluno mantém vínculo com a instituição de ensino;
- preenchimento dos censos;
- declaração no Censo da Educação Básica se o estudante estava matriculado e frequentando na data de referência (última quarta-feira de maio de cada ano);
- organização dos exames nacionais;
- planificação da distribuição de recursos;
- organização orçamentária relativa à data base de recursos;
- planejamento institucional;
- comprovação de que o aluno estava ausente ou presente em um dia específico (em casos de acidentes, crimes, multas, questões empregatícias etc.);
- ações de prevenção à evasão escolar;
- informação às coordenações de curso superior sobre os estudantes concluintes habilitados a serem inscritos no Enade (com impacto na colação de grau);
- emissão de documentos/declarações, inclusive aqueles que o próprio estudante emite no SIGAA para apresentar como vinculado e com matrícula regular na instituição;
- conferência da situação do estudante para responder às demandas dos coordenadores de curso e outros setores;
- viabilidade de estudos, pesquisas científicas e modelos de previsão da evasão com base na frequência;
- Impactos na manutenção dos auxílios financeiros da assistência estudantil

5. Acompanhamento de frequência e os censos:

Com relação aos censos como determinação legal há a responsabilidade de garantir a fidedignidade ao processo censitário, logo os dados declarados pelas instituições devem ter como base os registros administrativos e acadêmicos preenchidos e atualizados (pasta do estudante, comprovante de matrícula, diário de classe eletrônico, mapa de frequência, histórico escolar, sistemas acadêmicos de acompanhamento, regimento escolar, projeto político-pedagógico, documentos de modulação de professores e de enturmação, dentre outros).

Neste contexto a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) instituída pela Portaria nº 1, de 03/01/2018, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), é a pesquisa estatística e censitária oficial para gerar indicadores, monitorar e avaliar a educação profissional e tecnológica. A PNP é carregada com os dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), após o dia 25 de janeiro do ano seguinte ao ano de referência do censo, a partir dessa extração, a plataforma aplica regras de consistência e coerência aos dados e os registradores acadêmicos, recenseador institucional e Reitor precisam validar as situações ou justificar.

O acompanhamento da frequência também impacta na declaração fidedigna do Censo da Educação Superior quanto à situação de vínculo do estudante no ano de referência do censo no sistema Censup do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em sua etapa de verificação de inconsistência, o sistema Censup compara os dados informados com os das demais instituições brasileiras de ensino superior e retorna relatório de inconsistências indicando casos de duplo vínculo em instituições públicas, ilegalidade

caracterizada pela Lei no 12.089, de 11/11/2009 (Que proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior).

O censo não tem caráter fiscalizatório neste sentido, no entanto, à medida que a instituição mantém os registros acadêmicos dos estudantes atualizados é possível comprovar o vínculo regular do estudante com a instituição para contrapor a inconsistências ou até evitá-la.

Para além da responsabilidade legal na declaração do Censo da Educação Básica, a fidedignidade dos dados informados implicará na distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), pois o resultado do censo serve como base para o cálculo dos coeficientes. Do Fundeb, o IFSC recebe recurso para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no valor de R\$ 1,07 por estudante informado que estejam em tempo integral (com mínimo de 35 horas semanais ou 7 diários), de R\$ 0,53 para os que recebam Atendimento Educacional Especializado e de R\$ 0,32 para aqueles vinculados aos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A PNP impacta no orçamento do IFSC, além de tratar os indicadores de gestão para as instituições da educação profissional e tecnológica, serve de base para os cálculos de distribuição orçamentária entre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Anualmente, no período de coleta e validação, a plataforma aplica regras de consistência e coerência aos dados carregados do Sistec, naqueles que indicar inconsistência a instituição deve corrigir ou justificar. Dentre as regras, destacam-se a de Evasão 0%, quando um ciclo de matrícula não possui estudantes evadidos¹⁸ e a de Retenção Crítica, aplicada quando identifica alunos retidos há mais de um ano da data do fim previsto do ciclo. Nesse sentido, é fundamental o registro acadêmico da frequência estarem atualizados e coerentes com a realidade para declarar os estudantes com vínculo ativo na instituição para recebimento do recurso proporcional ao quantitativo real de estudantes até mesmo para dimensionar a despesa orçamentária das retenções, considerando que os estudantes nesta situação não contam para o orçamento a ser recebido.

6. Objetivos:

6.1 Objetivo geral:

Aprimorar o acompanhamento diário da frequência estudantil nos cursos do IFSC

6.2 Objetivos específicos:

- Estabelecer fluxo de orientações sobre registro de frequência no Diário de Classe para os câmpus;
- Implementar, em conjunto com os câmpus, o fluxo de controle do registro de frequência dos estudantes;
- Mobilizar a gestão dos câmpus a respeito das implicações legais, administrativas e pedagógicas relativas ao acompanhamento da frequência estudantil.
- Orientar a comunidade acadêmica com relação à questão legal e pedagógica do acompanhamento da frequência.
- Monitorar o registro de frequência.
- Definir, a partir de normativo da PROEN, as implicações legais para a ausência do registro da frequência dos estudantes.

¹⁸ A PNP considera como evadido estudantes com *status* igual a Abandono; Cancelado; Desligado; Reprovado; Transferência interna e Transferência externa.

7. Público-alvo

O projeto destina-se aos gestores dos câmpus do IFSC, visando especialmente, aos docentes, coordenadores de curso, coordenadorias pedagógicas, Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), e registros acadêmicos.

8. Metodologia:

a) Local de realização do projeto de acompanhamento da frequência:

Este projeto será desenvolvido pelas diretorias da Pró-Reitoria de Ensino, em articulação com demais setores da Reitoria e gestores e comunidade acadêmica dos câmpus do IFSC, e deverá ser implementado por todos os docentes do IFSC.

b) Período de execução:

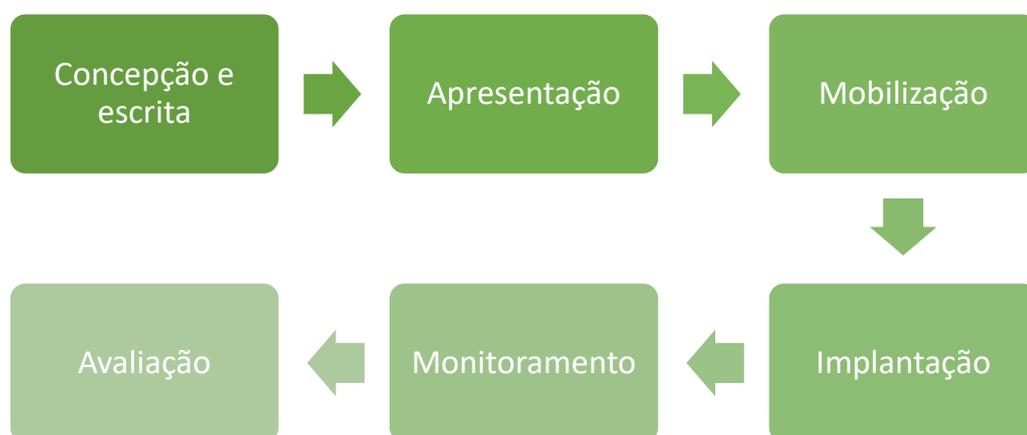
A execução do projeto de acompanhamento da frequência será de abril/2023 até julho/25.

c) Setor de referência do projeto:

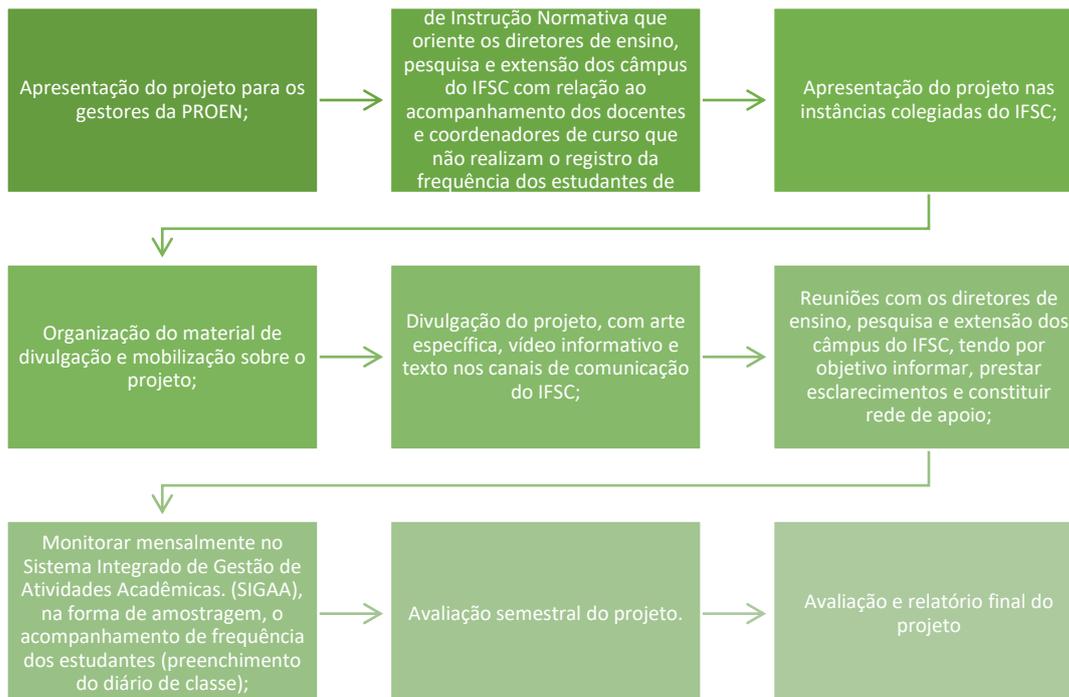
A Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas, da Pró-Reitoria de Ensino, será o setor de referência na Reitoria para implementar, acompanhar e avaliar o projeto.

d) Etapas do projeto:

Serão planejadas e implementadas as seguintes etapas:



e) Ações que serão desenvolvidas:



f) Materiais e recursos necessários para realizar as ações:

Este projeto não necessitará de recursos financeiros, utilizará a estrutura de recursos humanos da Reitoria e dos câmpus, e o acesso aos dados será pelo SIGAA.

g) Coordenação:

- Pró-Reitor de Ensino

h) Responsabilidades e funções de cada diretoria da PROEN na execução do projeto:

- DIREN:
- DEIA: Acompanhamento de registro utilizando os relatórios do SIGAA
- DAE:
- Cerfead

9. Funcionalidades do SIGAA para o acompanhamento da frequência:

O que já temos:

Verificamos que o SIGAA apresenta duas funcionalidades que podem auxiliar o Coordenador de Curso com relação ao registro de frequência:

- Relatórios DAE > Alunos > Listagem > Relatório Mapa de conceito - turma consolidada (frequência registrada)

- Relatórios DAE > Alunos > Ativos e Matriculados> Frequência e Notas - (busca as faltas registradas- não verifica se o docente registrou a frequência corretamente).

O que necessita ser implementado:

A necessidade de um relatório gerado no SIGAA, para que o coordenador de curso possa acompanhar o lançamento da frequência/ausência nas turmas, sendo que este relatório deve ficar disponível no Portal do Coordenador de Curso. Nesse relatório deverá constar as aulas ministradas, sendo em uma coluna as com o registro (presença ou falta) e outra coluna com as sem registro. No diário de classe de cada turma virtual aparecem as aulas ministradas e os registros. Quando não tem registro da chamada aparece como Não Informado.

Destacamos que o mapa de conceitos até aparece no Portal do Coordenador de Curso, mas ele não serve para saber se o professor está ou não registrando a frequência, ele traz somente o que está registrado para turmas já consolidadas.

10. Resultados esperados:

- Todos os docentes realizem o registro diário da frequência dos estudantes, com registro no sistema;
- Aumento da ocupação de vagas em função da chamada de classificados no processo de ingresso em lista de espera no tempo adequado;
- Aumento da fidedignidade e consistência dos dados cadastrados no sistema;
- Aumento de ações efetivas, e em tempo hábil, que garantam a permanência e êxito dos estudantes
- Regularizar a garantia do direito do estudante em comprovar sua presença e frequência nas aulas.
- Mitigar índices institucionais de evasão escolar
- Realização de estudos, pesquisas científicas e modelos de previsão da evasão baseados na frequência.
- Possibilitar a melhoria no processo de acompanhamento dos discentes.

1. Cronograma:

Ações	2023		2024		2025	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.
Apresentação do projeto para os gestores da PROEN	fev.					
Escrita, aprovação e divulgação de Instrução Normativa que oriente os diretores de ensino, pesquisa e extensão dos câmpus do IFSC com relação ao acompanhamento dos docentes e coordenadores de curso que não realizam o registro da frequência dos estudantes de forma adequada	mar.					
Apresentação do projeto nas instâncias colegiadas do IFSC	mar./abr.					
Organização do material de divulgação e mobilização sobre o projeto	mar./abr.					
Divulgação do projeto, com arte específica, vídeo informativo e texto nos canais de comunicação do IFSC	mar./abr.					
Reuniões com os diretores de ensino, pesquisa e extensão dos câmpus do IFSC, tendo por objetivo informar, prestar esclarecimentos e constituir rede de apoio	abr.					
Monitorar mensalmente no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), na forma de amostragem, o acompanhamento de frequência dos estudantes (preenchimento do diário de classe)	Final de cada mês					
Avaliação semestral do projeto	jul.	nov.	jul.	nov.	jul.	nov.
Avaliação e relatório final do projeto						nov.

11. Avaliação do projeto

A avaliação do projeto será realizada semestralmente, gerando relatórios, assim como será feita avaliação e um relatório final. A avaliação levará em conta os seguintes indicadores:

- a) Número de docentes realizando o registro de forma adequada no sistema por câmpus
- b) Número de ações para resgate de estudantes em situação de risco de evasão (por falta) em cada câmpus.
- c) Número de ações por cotas.
- d) Tipos de ações para resgate de estudantes em situação de risco de evasão (por falta) em cada câmpus.
- e) Tipos de ações específicas por cotas.
- f) Número de estudantes em situação de risco de evasão escolar (por faltas) por câmpus, considerando as cotas.

A partir da comparação dos resultados registrados e monitorados será realizada a avaliação do projeto, escrita do relatório final e divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica. Possibilitando inclusive estudos mais aprofundados pelas diferentes áreas.

12. Referências:

BRASIL. MEC. Portaria nº 264, de 26/03/2007. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/legislacao_documentos/2011/portaria_n264_dia_nacional_censo_2007.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. MEC. Portaria nº 316, de 04/04/2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2007/legislacao/Portaria316-4_abril_2007.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. MEC. Portaria nº 197, de 07/03/ 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2015/portaria_n_197_07032014.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 04/04/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Lei no 12.089, de 11/11/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12089.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

APÊNDICE C - EVENTO EM NÚMEROS: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR V WORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR

Compilação das respostas dos estudantes do IFSC que participaram da atividade de “Interlocução mediada - Tema: Evasão Escolar, o que eu tenho a ver com isso?”, na tarde do dia 09/11/2022, no evento VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar:

Pergunta 01: Na sua experiência como estudante, que ações promovidas pela/na escola asseguram ou favorecem que o estudante permaneça estudando? Ou seja, o que a escola faz, ou tem, que garante que o estudante não desista dos estudos?	
- Respostas entregues em fichas individuais. - Número de estudantes que responderam: 21	
Respostas	Quantitativo - Incidência da mesma resposta
Assistência estudantil em geral/PAEVS/IVS/Auxílios estudantis/PNAE	18
Segurança alimentar na instituição de ensino/Alimentação no contraturno	7
Ter apoio da Coordenação pedagógica/Acompanhamento socioeconômico do aluno	4
Auxílio transporte	4
Acompanhamento das notas	1
Fomento aos esportes/JIFSC/Eventos culturais	4
Incentivo à pesquisa, inovação e ciência/Projetos de pesquisa e extensão para tornar o aluno um agente de mudança e manter os talentos estudando com bolsas	12
Empenho dos professores em maneiras inovadoras de ensino/Aulas teóricas e práticas na mesma proporção	2
Apoio do NAE nas atividades aos alunos PcD	2
Cursos técnicos que incentivam o ingresso do aluno no mercado de trabalho	1
Disponibilidade de formação em níveis fundamental, médio e superior	1
Oficinas/aulas de reforço	2
Monitorias auxiliando a cursar as disciplinas	3
Apoio psicológico/E melhorar o seu agendamento	9
Evitar a sobrecarga dos alunos/Carga horária excessiva	3
Promover networking e integração entre alunos e professores	3
Utilização e divulgação de trabalhos e áreas das instituições	1
Participação em eventos e congressos, incentivando o interesse e permanência do aluno	1

Estágio / Bolsa estudante / Intercâmbio	6
Coordenadores de curso explicando sobre os auxílios aos estudantes/Coordenação de curso sempre disponível para apoiar o aluno	2
Ter espaço de lazer, acolhimento e convivência	4
Teste vocacional	1
Ser público e gratuito	3
Para IFSC Lages, faz-se necessário aumentar horários de ônibus e alimentação com valor mais acessível	1
Professores que apoiam o ingresso no mercado de trabalho e estimulam a permanência no curso/ Buscam feedback	4
"Flexibilização" dos métodos avaliativos	5
Pertencimento ao grupo	2
Ética profissional por parte dos docentes	1
Estágio obrigatório a depender da necessidade do curso	2
Ter professor substituído imediatamente	1
Estrutura física adequada	1

Pergunta 02: Na sua vivência como estudante, quais podem ser os motivos que levam o estudante a sair do IFSC, ou sair das escolas, como um todo?

- Respostas entregues em fichas individuais.
- Número de estudantes que responderam: 21

Respostas	Quantitativo
Não ter se identificado diretamente com o curso escolhido	4
Não conseguir conciliar os estudos com o trabalho/Chegar cansado nas aulas	8
Dificuldades de locomoção ou falta de auxílio-transporte/Localização inadequada do câmpus	7
Sentimento de não pertencimento (curso, amigos, motivações, acolhimento) e desestímulo	4
Falta de alimentação/merenda escolar	3
Falta de incentivo/apoio da família/Problemas pessoais não relatados	5
Sem conseguir acompanhar o curso, o aluno se sente pressionado para manter boas notas/Sobrecarga psicológica dos alunos	6
Falta de acompanhamento do aluno/Apoio pedagógico	3
Falta de ações de inclusão e acessibilidade	2
Dificuldade financeira do aluno/Fatores socioeconômicos	12
Reprovação em disciplinas de grande dificuldade	1
Falta de amizade e <i>networking</i> entre alunos e professores	3
Falta de êxito nas disciplinas iniciais	1

Fatores culturais não especificados	1
Falta de conhecimento sobre os auxílios estudantis	2
Cortes de bolsas estudantis	1
Gravidez na adolescência	1
Questões ligadas à saúde mental (ansiedade, depressão e outros)	2
Falta de psicóloga (o) em cada câmpus	1
Falta de rotatividade de professores nas disciplinas com maior índice de reprovação	1
Ausências de professores não avisadas com antecedência e sobrecarga da disciplina em seguida	1
Falta de professores/falta de substitutos	2
Falta de comprometimento dos professores/Falta de bons professores	3
Falta de retorno/melhoria após conselhos	1
Dificuldade nas provas/avaliações	1
Assédio e <i>bullying</i>	4
Excesso de carga horária	3
Dificuldade com disciplinas devido do ensino fundamental e médio que foram precários durante a pandemia	2
Método de ensino "padrão" dos professores/Didática ineficiente e demasiadamente técnica	2
Falta de aulas práticas	1

Pergunta 03: Você tem sugestões para o enfrentamento da evasão escolar? Têm sugestões para o resgate dos estudantes que saíram e não retornaram ao sistema de ensino (estão fora da escola)?

-Respostas elaboradas em ficha de grupo de até quatro estudantes

- Número de grupos que responderam: 06

Respostas	Quantitativo
Assistência estudantil em geral/Maior divulgação sobre os auxílios	3
Apoio ao transporte escolar	2
Melhoria no horário de ônibus	1
Compra de material escolar	1
Acompanhamento psicológico	1
Acesso facilitado para aluno de baixa renda	1
Auxílio para alimentação do estudante	1
Acompanhamento do progresso escolar	1
Parceria com empresas para buscar aqueles que querem voltar a estudar/Divulgar vagas de emprego	2
Contato pedagógico para verificar motivo da evasão/Documentar motivos da evasão	2
Criar cronograma ao discente levar mais tempo de concluir o curso conciliando com o trabalho	1
Elaboração de eventos sobre evasão	1
Vagas remanescentes para retorno de ex-alunos	1
Maior rotatividade docente para variar método de ensino	1
Professores comprometidos com suas funções	1
Implantar infraestrutura para alunos PcD	1
Implantar curso integrado no IFSC Lages	1
Implantar curso subsequente no IFSC São Carlos	1



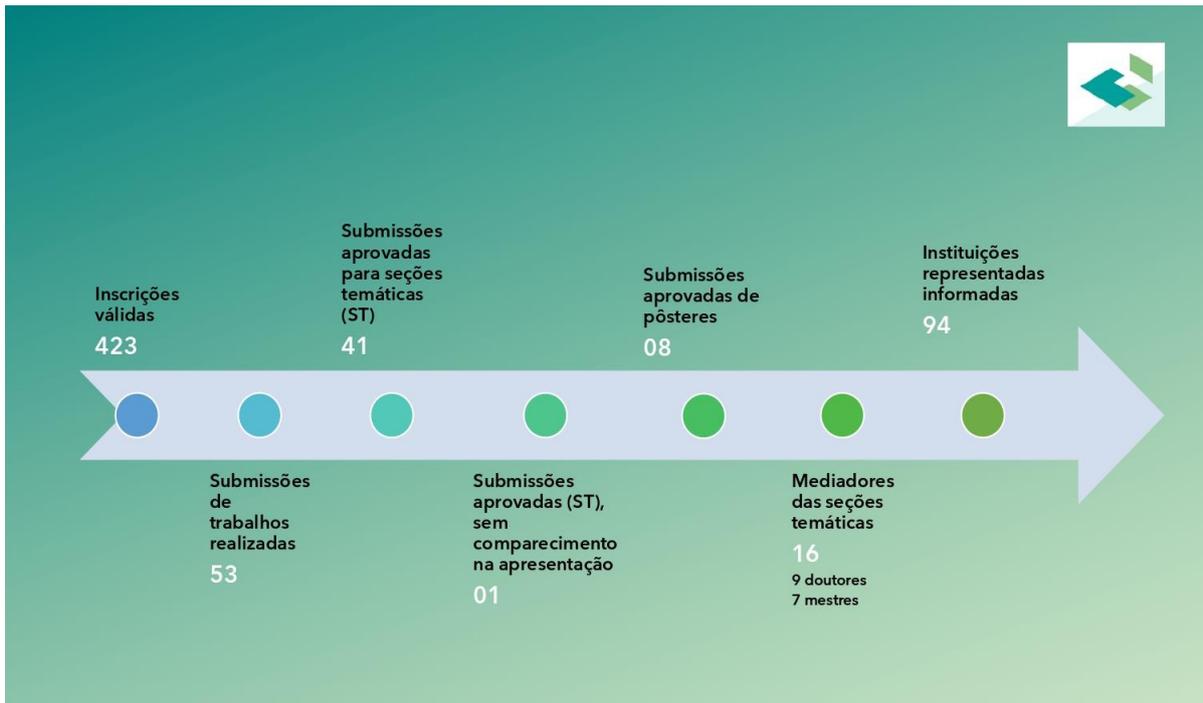
VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar | V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar | 09 e 10 de novembro de 2022 São José / SC

VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR

V WHORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR

EM NÚMEROS

Realização: Instituto Federal Santa Catarina | Parceria: [Logos] | Apoio: Unilube 75 ANOS, São José Profissional, Fmct, FAPESC, SUDUSC, UFSC, Instituto Catarinense de Estudos e Pesquisas em Educação

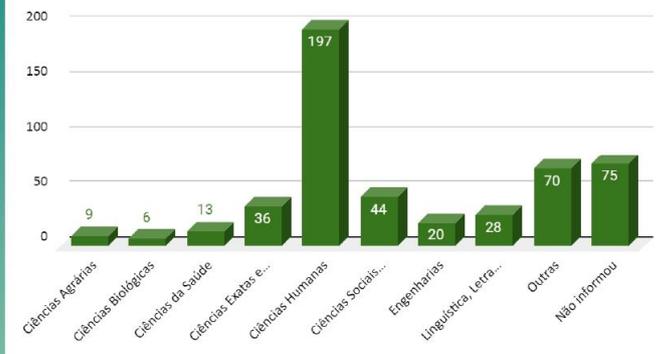




Inscrições por categoria de interesse no evento



Inscrições por área do conhecimento



Inscrições por gênero

